

**Universidade do Grande Rio“Prof. José de Souza Herdy”
UNIGRANRIO**

Sônia Maria Ferreira Fazenda

**AFRO-DESCENDÊNCIA:
FIOS DO PASSADO QUE TECEM O PRESENTE**

Duque de Caxias

2010

|
|

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sônia Maria Ferreira Fazenda

**AFRO-DESCENDÊNCIA:
FIOS DO PASSADO QUE TECEM O PRESENTE**

Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de mestre em Letras e Ciências Humanas.

Área de concentração: Gênero, etnia e identidade

Orientador: Prof^o Doutor Robson Lacerda Dutra.

Duque de Caxias

2010

F287a Fazenda, Sônia Maria Ferreira.
Afro-descendência: fios do passado que tecem o presente / Sonia Maria
Ferreira Fazenda. – 2010.
108 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Letras e Ciências Humanas) –
Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de
Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2010.

“Orientador: Prof. Robson Lacerda Dutra.”

Bibliografia: p. 101.

1. Letras. 2. Literatura brasileira – Estudo e ensino. 3. Cultura afro-
brasileira – Ensino - Brasil. 4. Negros na literatura 5. Negros – Inclusão
social. I. Dutra, Robson Lacerda. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José
de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 869

Sônia Maria Ferreira Fazenda

**AFRO-DESCENDÊNCIA:
FIOS DO PASSADO QUE TECEM O PRESENTE**

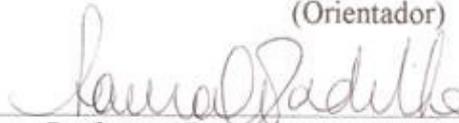
Dissertação apresentada à Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, como parte dos requisitos parciais para a obtenção do grau de Mestre em Letras e Ciências Humanas.

DATA DE APROVAÇÃO: 9 de setembro de 2010.

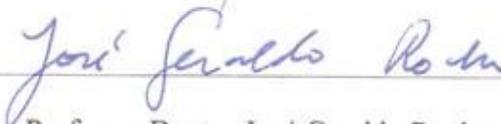
BANCA EXAMINADORA



Professor Doutor Robson Lacerda Dutra - UNIGRANRIO
(Orientador)



Professora Doutora Laura Cavalcante Padilha - UFF



Professor Doutor José Geraldo Rocha - UNIGRANRIO

Professora Doutora Maria Teresa Guimarães Salgado da Silva - UFRJ

Professora Doutora Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima - UNIGRANRIO

DEDICATÓRIA

Ao Gilberto, pelas leituras compartilhadas, pelo apoio incondicional e, sobretudo, pelo companheirismo e amor.

Para Flávia, com grande carinho e amor, pelo incentivo, pelas construções afetivas e auxílio nos momentos precisos.

Com carinho, para Ian que foi se inteirando do tema e de longe acompanhava todo o desenrolar da caminhada.

Ao meu pai, pela lucidez que conserva aos 97 anos e que ainda repete o que ensinou: “- até em pensamento se luta pela igualdade entre os homens”.

Para Benito, meu neto, pelo fio de esperança de um novo olhar construtor: de uma leitura de mundo compreensiva em torno da diferença, da adversidade entre mundos e, principalmente, entre as pessoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e energia que sobre nós sopra diariamente.

Ao meu orientador, Professor Doutor Robson Dutra, pelo conhecimento compartilhado, pela percepção de possibilidades, pela dedicação dispensada, servindo de “porto seguro” na orientação do trabalho.

Aos professores do Mestrado com os quais tive a prazerosa oportunidade de conviver, trocar experiências que muito me auxiliaram no trajeto da pesquisa.

Aos professores Maria Teresa Salgado e Geraldo Rocha, pelas valiosas sugestões dadas por ocasião do exame de qualificação.

Aos queridos colegas do Mestrado pelos debates, pelas conversas e sugestões que me ajudaram a crescer.

Às funcionárias da Secretaria do Mestrado pela disponibilidade e empenho em ajudar.

À Unigranrio que, através do Mestrado em Letras e Ciências Humanas, me possibilitou este período de estudos e aprendizagem.

O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.

Walter Benjamin

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo refletir sobre algumas relações entre fatos históricos relativos ao percurso do negro brasileiro e ao modo como a ficção literária os retrata, através de uma leitura de aspectos sociológicos em obras de Machado de Assis e Conceição Evaristo. Nela, se observa a condição social do negro e suas implicações, em contextos demarcados, sobretudo, pelo poder instituído que se expressa através de leis como a Áurea, de abolição da escravatura em 1888, e a de número 10639/2003, que prevê o estudo da história, da literatura e da cultura africanas no Brasil em escolas da rede oficial.

Pretendemos, ainda, mostrar que em épocas cronologicamente distintas despontam problemas idênticos que, apesar de surgirem sob novos ângulos, transitam entre diferenciados poderes vigentes, legando ao negro um espaço ainda a ser conquistado com vistas à sua plena inclusão social.

Palavras - chave: Literatura – Afro-descendência - História - Lei – Inclusão Social

ABSTRACT

The aim of this Master's Dissertation is to review the sociological relationship between historical facts relating to black Brazilians throughout history and the way they are portrayed by the literary fiction of Machado de Assis' and Conceição Evaristo's work. In it, the social condition of black people and its implications can be seen in demarcated contexts, especially, by the power established through laws like the *Lei Áurea* that abolished slavery in 1888 and the Act 10639/2003 that obliges African history, literature and culture to be studied in Brazilian schools.

We also intend to show that at distinct chronological times, blunt identical problems that, despite appearing under new perspectives, transmit between unequal and effective powers, leaving the black Brazilian in a space yet to be conquered with regard to their full social inclusion.

Keywords: Literature – African Descent - History - Law – Social Inclusion

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Desfiando o novelo	
1.1 Matizes do passado nas linhas do presente.....	17
1.2 Fios que tecem e trançam as narrativas	20
1.3 Telas das histórias: a memória conta fatos	31
1.4 A literatura tecida no tear da história	39
Capítulo 2 – Preenchendo os vazios da história	
2.1 Narrativa literária: alinhavando a condição do negro brasileiro.....	45
2.2 Pontos passados: o negro e o poder	53
2.3 Costurando o cenário brasileiro.	62
Capítulo 3 – Entre a letra e a lei	
3.1 Refazendo o novelo	72
3.2 Alinhavando tempos: o ontem e seus entrecruzamentos no hoje	81
3.3 Linha de tempo: negro do poder ao poder	86
Conclusão	95
Referências Bibliográficas	98
Anexos	104

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o termo cidadania deriva do latim *civitas* (cidade) para indicar a situação política de uma pessoa que, como membro do Estado e com plenos direitos, podia participar da vida pública. Cidadania expressa, assim, a situação política de alguém e os direitos que tinha de atuar publicamente no contexto social. Ao longo do tempo histórico, todavia, nos deparamos com sociedades excludentes em que certas categorias não têm acesso a seus plenos direitos, como mulheres, afro-descendentes, grupos étnicos e religiosos minoritários, crianças, etc. É por essa razão que esse é, ainda, tema de debates constantes que fazem com que o jurista Dalmo Dallari defina cidadania como

um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998: 14).

Vemos que o conceito de exclusão não se dissocia do de cidadania ao referir-se aos direitos que os indivíduos têm em participar da sociedade e terem consolidados certos benefícios essenciais à existência social, fato que faz com que a literatura especializada distinga três tipos de direito: o civil, o político e o social. Assim, é importante destacar que são os direitos sociais que possibilitam o acesso a um conjunto de bens e serviços indispensáveis a uma vida digna, dos quais destacamos as plenas condições de sobrevivência, a convivência social, o acesso à educação, às condições de saúde, ao trabalho, a salários dignos, à proteção que se estende aos cidadãos, sem distinção nem estigmas.

Por isso, as definições sobre esses direitos, a forma como são praticados, a responsabilidade e a participação dos setores públicos em supri-los passam por grandes discussões no campo filosófico e conceitual da Sociologia, bem como no campo político de ordem institucional. Alguns deles vão se transformando sem serem cumpridos, acarretando expectativas que, lamentavelmente, acabam por se legitimar socialmente. Sendo assim, conceituar exclusão social torna-se algo impreciso, principalmente no campo das Ciências Sociais, visto que, também como em outros setores, ela é normalmente usada para superar o

que alguns consideram “deficiência”, bem como para negar ou retirar grupos ou indivíduos dos contornos sociais vigentes.

Ademais, o termo problematiza claramente a desigualdade, pois os excluídos o são pelo fato de serem privados de algo que outros, os incluídos, usufruem no bojo do sistema social. Além disso, a não efetivação da cidadania traz consigo a percepção de que, apesar de toda legislação política, de todo o discurso social e do esforço de alguns, uma grande massa de indivíduos não figura como forma de pertencimento efetivo a uma comunidade social.

Aproximando-nos do tema de discussão dessa dissertação, vemos que para a sociedade brasileira, ainda em perspectiva diacrônica, a mão de obra que impulsionou o país proveio dos escravos até o final do século XIX. Após a abolição da escravatura, eles e seus descendentes permaneceram, como “herança” do passado, com altos níveis de pobreza e exclusão causados por uma combinação de condições precárias de cunho econômico, social e cultural.

Assim, essas e demais questões relativas a grupos étnicos, religiosos ou de outra natureza que se sentem marginalizados fazem com que se travem embates pela ruptura do preconceito e da discriminação, através de uma luta pela superação de marcas do pré-estabelecido na esfera social, com vistas à consolidação de uma identidade cidadã. Nesse viés, a luta dos negros para a obtenção da igualdade vem de muito longe. Seu desejo ao reconhecimento de sua efetiva e imprescindível contribuição em diversas esferas da sociedade brasileira fica estagnado entre preconceitos e exclusões, de modo que, como Ferreira, conceitua que

a marginalidade, assim como a cidadania, resulta das sociedades de classes, é um fenômeno que revela as relações perversas do modo de produção capitalista, cuja racionalidade funciona com base no binômio inclusão/exclusão (FERREIRA, 1993: 161).

Os contornos de uma conquista giram em torno de renovada noção de integração plena que não se faz apenas em relação ao Estado, mas, que, principalmente, se processa no seio da sociedade em suas incontáveis variantes. Portanto, cidadania se refere a um espaço que possui uma dimensão dentro da questão histórico-social, visto que aí estão incorporados os valores e as formas de significações que são próprias do grupo de pertencimento. Nessa construção se almeja estabelecer um olhar sobre as diferenças em seus mais variados aspectos, a fim de que se estabeleça uma integração social respaldada e fundada em princípios que demandem e

legitimem a inclusão, visto que, como afirma Stuart Hall, “as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2000: 14), sendo essa a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”.

Podemos, então, constatar que na propalada universalidade da cidadania e da liberdade, a modernidade que estabelece marcos não se dá igualitariamente para todos. Pode ser que, como paradigma, a idéia seja construída como universal. Contudo, o cotidiano a apresenta de modo distorcido, pois seu lastro se legitima e se reproduz no imaginário social, independentemente dos desempenhos práticos na vida cotidiana. No contexto, podemos afirmar que este não é um processo instantâneo, mas algo construído a partir da tomada de consciência dos sujeitos sobre a situação em que são imersos pela questão da desigualdade.

Temos de ter em mente, ainda, que a concepção contemporânea de “diferença” como parte constituinte da natureza humana tem gerado tensões, muitas discussões e contrapontos diversos. Nesse aspecto, a questão tem se tornado alvo de colocações que tateiam rupturas e deslocamentos em conceitos pré-estabelecidos socialmente. Por outro lado, a inclusão se apresenta como um processo complexo que necessita ser compreendido como uma dinâmica e um movimento que permeie os meios sociais para que o sujeito seja favorecido no resgate de valores e direitos negados pela História através de uma seqüência de descontinuidades marcadas por discursos hegemônicos produzidos nas mais diversas escalas. Estes se definem com colocações que o sujeito dominador constrói, afirmando, consolidando e refletindo na linguagem formações ideológicas responsáveis pela produção de sujeitos diferentes ao longo dos séculos. Sendo assim, para várias sociedades que viveram sob o regime da colonização, por exemplo, não houve ruptura significativa em seu interior, isso é, no modelo implantado. Assim, a conquista da cidadania se coloca como uma perspectiva de luta, de conquista de direitos, de esforços para um reconhecimento e subsídios para identificação.

Tecendo os fatos, a questão racial brasileira resulta da visão construída ao longo dos séculos, através dos quais se manteve a estratégia de se retirar do elemento negro seu potencial. Na medida em que signos culturais estimulam a suposta inferioridade negra, mecanismos são utilizados para marcar a posição de determinados segmentos que não enxergam a respeitabilidade do negro enquanto cidadão, bem como o não reconhecimento de sua raça como elemento constituído de voz e vez no contexto social. Buscando os contornos da cultura, do pertencimento de grupo e indo em busca de suas origens, chegamos a uma

matriz africana de que se pode depreender um sentido de identidade que não se pretende único, mas a partir do qual se pode compreender a diversidade e a multiplicidade de aspectos que compõe nossa sociedade.

Não obstante essa busca incessante, os negros brasileiros, após anos de libertação “oficial” do jugo escravagista, continuam lutando pelo direito a um lugar, na intenção de que com ele venha a tão esperada cidadania e a plena aquisição de igualdade. Muito embora o Brasil seja o país que concentra a maior população negra do mundo depois da África, é também aqui que permanecem discriminados e excluídos, ocupando uma posição muito baixa na pirâmide social. Ou seja, não obstante tenham sido numericamente superior ao número de brancos, sua posição sociológica encontra-se ainda em patamares que os distanciam dos conceitos citados das referidas igualdade e inclusão.

Num ir e vir marcado por “vigilância e punição”, a repressão e a sujeição originaram intensa segregação social, que, como vimos, vigoram respaldadas no poder que, segundo definição de Michel Foucault,

deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outras palavras, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 2006: 183-184).

Na posição de sujeito imediato de irradiação desse poder senhorial, o negro tem vivido diversas circunstâncias de opressão para produção de riquezas alheias, visto que os diversos ciclos econômicos tiveram nele sua mão-de-obra principal, fazendo valer o que preconiza Albert Memmi ao afirmar que “é na força do braço escravo que o colonialismo tem seus pilares” (MEMMI, 1989: 73).

Não obstante a manutenção dessa posição subalterna, com o transcorrer dos anos encontramos o surgimento de defensores da causa dos negros, impulsionando uma corrente de abolicionistas da escravidão, com vistas à emancipação racial, isso é, da concessão aos escravos de direitos civis. São esses movimentos resultaram, em 1888, na abolição da escravatura, muito embora o fato não tenha projetado, como já referido, a emancipação e as conquistas de reconhecimentos e de direitos sociais esperadas.

Numa análise pormenorizada, vemos que a abolição da escravatura não foi seguida de benefícios que integrassem o negro socialmente, nem sequer foi verificado qualquer esforço no sentido de projetar social e economicamente os ex-escravos. Não houve reparação. Até as terras antes trabalhadas por eles lhes foram negadas, não havendo concessão de propriedades aos libertos. Tampouco foram providenciadas, escolas de ofícios que lhes outorgassem um saber profissional ou centros de educação regular que atendessem o contingente. Houve, na verdade, apenas uma substituição do escravo pelo trabalhador mal remunerado, isso é, um assalariado de baixíssima renda, sem nível de escolaridade que propiciasse sua entrada no mercado de trabalho resultante da crescente demanda industrial. É, portanto, desnecessário dizer que todos esses fatores geraram diferenças sócio-culturais frente à sociedade de um modo geral, resultando em desnível acentuado intensamente pelo sistema econômico.

No contexto do século XIX, contudo, observamos olhares advindos do campo jornalístico e literário, sobretudo, que se destacaram, fazendo florescer certa consciência quanto às questões entre os diferentes e as adversidades culturais. Os narradores dessas desventuras tornaram-se vozes importantes no processo de construção das representações relacionadas aos escravos. Através dessas narrativas surgem proposições, posicionamentos e até mesmo certa resistência ao sistema hegemônico, já que, como afirma Walter Benjamin “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2008: 223).

Desse modo, observa-se a tênue fronteira entre a história e a literatura, através da qual a obra literária assume a função de marco de expressão para, enquanto criação, influenciar e instigar no imaginário social o poder de conhecer, discutir e redimensionar as questões levantadas ao longo deste trabalho, que se divide da seguinte maneira:

Inicialmente, temos o capítulo da “Introdução”, no qual traçamos as linhas de leitura a que nos propomos. A ele segue-se o segundo, intitulado “Desfiando o novelo”, cujo objetivo é, além das refrações e reflexões entre história e ficção, analisar o papel da memória no resgate de traços identitários das etnias negras que trazidas ao Brasil.

Temos, em seguida, o capítulo “Preenchendo os vazios da história”. O escritor que sustenta o *corpus* literário apresentado é Machado de Assis, através dos seguintes contos e crônicas: “Virginius”, “Mariana”, “Bons Dias” e “Pai contra mãe”, publicados originalmente na *Gazeta de Notícias* em 11/05/1888, 19/05/1888 e 26/06/1888, além de “A semana”, também em publicação da *Gazeta de Notícias*, em 16/10/1892 e 14/05/1893. Além disso, faremos alguns comentários baseados em romances, como *Memorial de Aires*, através do qual se pode depreender a posição desse autor com relação à escravidão. Por intermédio deles analisaremos circunstâncias que denotam características de servidão e de inferioridade no estrato social. Veremos, de igual modo, como a construção da sua tão conhecida ironia cria situações e personagens que retratam o negro em setores subalternos da vida, na maioria das vezes, em cenas urbanas do Rio de Janeiro. Sua escrita nos como situações e dramas vividos por personagens oprimidas por condições econômicas, sociais e culturais, bem como momentos sociais em que estas questões ganhavam destaques, servindo, por isso, de pano de fundo para tais conflitos. O estudo desses textos norteará a leitura que faremos, em seguida, do romance *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, escritora afro-brasileira contemporânea que sustenta o segundo *corpus* literário do trabalho. Assim, o enfoque histórico-ficcional que serviu de inspiração ao texto machadiano será entrecruzado com a obra ficcional de Evaristo a fim de refletirmos sobre a permanência daqueles de alguns dos pressupostos.

No capítulo seguinte, “Entre a Letra e a Lei”, veremos a permanência ideológica de fatores constituídos das classes sociais dominantes que necessitam de (re)construção para o redimensionamento de paradigmas sociais. Aí também refletiremos sobre os impactos da Lei Áurea na sociedade brasileira do século XIX em confronto com a Lei 10639/2003, cuja redação se refere à obrigatoriedade de inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Sabemos que tais disciplinas devem ser ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e de História Brasileira, devendo ressaltar a luta dos negros no Brasil e suas contribuições para a cultura brasileira. A partir desses pressupostos, procuraremos conceituar a ser a escola como ambiente fundamental para a compreensão das diversidades,

das desigualdades raciais e da superação dos preconceitos, pois o espaço escolar é formador do indivíduo.

A estes capítulos se seguirão o das “Conclusões”, bem como o das “Referências Bibliográficas” usadas na dissertação.

O *corpus* crítico-teórico escolhido apóia-se em escritos de Walter Benjamin, e referências a textos de Mikhail Bakhtin e Gyorg Lukács, visto que estes autores consideram as diversas possibilidades de registro da história e da escrita literária, bem como a multiplicidade de vozes que as constituem. Contamos também com o apoio de teóricos de questões identitárias e de ordem cultural, como Michael Foucault, Stuart Hall e Hommi Bhabha, em reflexão com textos de estudiosos de Machado de Assis, como Marta de Senna; de Conceição Evaristo, como Maria Aparecida Salgueiro e de pesquisadores que refletem sobre a produção cultural afro-brasileira como Maria Nazareth Fonseca, Laura Padilha, Eduardo Assis Bueno, Muniz Barreto, Alberto Costa e Silva e de outros que serão apontados oportunamente.

1. DESFIANDO O NOVELO

1.1 Matizes do passado nas linhas do presente

Através de pontos que margeiam o passado, o diálogo mediado pela literatura com a história nos possibilita uma visão do presente através de narrativas ali contidas e do contexto em que despontaram. São elas que nos auxiliam a entender o ontem através de desdobramentos do agora, pois permeiam uma visão do ocorrido. Cabe a elas, igualmente, reconstituir dados que nos ajudam conhecer pontos essenciais do que é evidenciado pelos escritores nos mais variados aspectos, ao longo de diversos tempos históricos.

No que se refere às muitas questões sócio-histórico-culturais inerentes a esse trabalho, centradas na relação entre Brasil e Portugal, da qual se origina o tráfico negreiro, percebemos a constante presença de um olhar exógeno e dominante na cultura brasileira, igualmente percebido por Arthur Ramos ao afirmar que

a europeização cultural foi a expressão máxima da cultura ocidental, tendo implícito o conceito de difusão e imperialismo cultural, com a imposição dos seus traços técnicos e não materiais aos diversos povos da terra. Mas como “europeizar” significa um aspecto particular da aculturação, reservaremos ao seu estudo um tratamento especial, visando à compreensão dos resultados do contato das culturas européias no Brasil. Uma das características da chamada “civilização ocidental” é a difusão. O fenômeno migratório foi e tem sido, é verdade, a regra em quase todos os povos da terra, nesta ou naquela fase da sua História (RAMOS, 1975: 35-36).

Essas considerações apontam para a presença portuguesa no Brasil, a partir do século XVI, dando início a uma incansável relação com este e com demais países europeus que aqui se fizeram presentes desde então. Com os portugueses vieram múltiplas tradições culturais e religiosas da Península Ibérica como o já referido sistema colonial, cujo pilar foi o tráfico negreiro, *modus operandi* da economia daquela época, fomentando, assim, o comércio entre a Europa, a África e a América do Sul, ainda que apenas a Europa tenha enriquecido.

A “migração” africana ao nosso continente foi compulsória e no cruzamento do Atlântico as mortes foram muitas e freqüentes, visto que a viagem durava de 35 a 40 dias, em

média, tempo, por exemplo, do percurso entre Luanda e o Rio de Janeiro. Ao chegarem, os negros eram confinados e viviam entre a senzala e o trabalho. Dos grupos africanos vindos ao Brasil, os bantos e os nagôs foram os que mais acentuadamente fincaram raízes culturais em nosso país, contribuindo de modo determinante para a formação da nossa sociedade. Passado e presente mapeiam os contornos e, ao retornamos a Ramos, encontramos o relato de que “as relações da Metrópole com o Brasil foram outra fonte de interpenetração de negros, não só através do tráfico de escravos na África, como diretamente, de Portugal para o Brasil e vice-versa” (RAMOS, 1975: 59).

Ramos também cita uma velha quadra do folclore brasileiro que demonstra as relações entre os “pretos de Lisboa e a baiana, preta ou mulata” (RAMOS, 1975: 59):

Ó preto, ó preta
Lá de Lisboa
Jogando as cartas
Com uma baiana
Ó preto, ó preta
Lá de Lisboa
Trocando as cartas
Que coisa boa

No entanto, a vida na colônia ia muito além de jogos de carta. As amarras do colonizado ao colonizador e os ditos do senhor não significavam méritos a quem labutava. Pelo contrário, de acordo com Bhabha,

o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governabilidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 2007: 111).

Essa estrutura “deslizante”, todavia, não faz calar o sujeito dominado, tanto que, em outra perspectiva, lemos em Bakhtin sobre a questão da polifonia, ou seja, das muitas vozes que compõem a trama discursiva e que nos permitem o exame referente às questões da alteridade enquanto presença de um outro discurso no interior de um de viés hegemônico. Assim, torna-se fácil compreendermos que, muito embora a fala totalizante fosse a mais

audível, vozes negras ecoavam concomitantemente, registrando, “a contrapelo” sua visão da história.

Podemos observar ainda que, similarmente, o discurso da Metrópole sobre si mesma também tentava deixar de lado a presença africana, relegando classes inferiores na ordem social ao silenciamento. No entanto, a partir das mesmas premissas bakhtinianas, sabemos de sua presença através de uma voz literária, em muito dissidente, que é aquela que temos em Gil Vicente. Por isso, considerando a presença de negros em Portugal, lemos em seus autos um marco da história sobre a presença africana naquele país e a forma como eram considerados. Para tanto, recorrendo mais uma vez a Arthur Ramos, temos a referência não apenas vicentina, mas também de outros escritores de destaque na literatura portuguesa, que nos revelam que

Gil Vicente, nos seus Autos, não esqueceu o negro como um dos mais característicos tipos sociais do seu tempo (especialmente os autos “Clérigo da Beira”, “Negro de Beni”, “Nau de Amores”, “Frágua de Amor”). Mas perto de nós, Camilo Castelo Branco, Oliveira Martins e outros autores referiram-se aos negros dos séculos XVIII e XIX que ainda enchiam as ruas das grandes cidades (RAMOS, 1975: 58).

Por isso, muito embora considerada subalterna, a presença do negro testemunha, pelo viés literário, traços da história portuguesa e das diversas transformações ocorridas a partir das navegações e do desenvolvimento daquele país. Assim, no que se refere às expectativas dos senhores e postando preocupações e significações das políticas escravistas dos donos das terras são alcançados os contrapontos da política que se formou em torno do escravo. Para os senhores letrados que, em tempos de produção e riqueza tinham o domínio de espaços diversos, a senzala nada dizia. Entretanto, os negros iletrados e servis descritos pelo pai do teatro português, Camilo e Martins diziam nos seus significados culturais suas origens africanas. Tradições ganhavam novas roupagens, valores transportados eram reinventados pelos escravos tanto em Portugal quanto no Brasil, com dominação e força para tecer a nação em que aportaram.

Tanto lá quanto cá, os escravos eram tratados como animais desde sua captura na África; o transporte nos navios negreiros, a exposição, à venda em praça pública, os açoites e castigos nas fazendas e casas senhoriais, a relação entre senhor e escravo e a privação do direito de ter direito respeitado e os valores culturais foram inexoravelmente sufocados. Ainda assim, apesar de todo esse condicionamento, Ramos ressalta que:

a influência cultural negro-africana foi intensa em Portugal não resta a menor dúvida. Na lingüística, no folclore, nas tradições culturais em geral. As crenças populares em Portugal refletem sobrevivências religiosas negras transmitidas dos seus trios, ou misturadas ao Catolicismo popular ibérico (RAMOS, 1975: 59).

Assim, vemos que desde então, linhas do passado se articulam ao presente demonstrando uma permanência que, apesar de um estatuto de subalternidade e insignificância, fazem-se presentes, apontando para um hibridismo cultural inevitável.

Atualmente, um outro olhar desenvolve-se sobre a cultura afro-brasileira e busca conhecer o elemento negro, suas tradições culturais e buscar afirmação desses valores como perceber tanto a ele, o negro, quanto a própria construção da nação. Tal fato tem ensejado novas leituras que começam a refletir no discurso construído no campo cultural. Há suportes com ênfase, principalmente, quanto à grande necessidade de superar o passado e fazer o reconhecimento do negro como elemento integrador de nossa cultura, percebê-lo na totalidade, em toda a sua capacidade de agente integrador e colaborador da nação brasileira, sobretudo em sua literatura, como veremos a seguir.

1.2. Fios que tecem e trançam as narrativas

A partir do viés assinalado anteriormente, vemos a inexorável presença do negro tanto na corte quanto na colônia, através de uma participação que, cada vez mais, se torna efetiva. Paulatinamente, o negro e o mestiço foram galgando espaços até firmarem-se em patamares como o das artes, através de um trabalho amplo e verticalizado que não deixou de lado os impasses de seu tempo.

Por essa razão, ao discorrer sobre a literatura brasileira, José Guilherme Merquior (MERQUIOR, 1985: 5) explicita que “Machado de Assis ocupa a posição de introdutor da perspectiva problematizadora, da visão do mundo radicalmente crítica e reflexiva, que

predomina entre a alta literatura na idade contemporânea”. Tal visão decorre da habilidade deste escritor em perceber as incongruências de um “mundo esfacelado e degradado” que caracteriza o século XIX (LUKÁCS, 1992: 63), quanto de enxergar nele questões que envolviam negros e mestiços em relação à identidade e pertencimento cultural, sobretudo num meio urbano que se agigantava.

A esse respeito, Marta de Senna ressalta que

na literatura brasileira do século XIX não há romances tão visceralmente citadinos como os de Machado de Assis, até porque a voga romântica imediatamente anterior tendia a privilegiar o campo, na recusa deliberada da civilização. Fruto de uma cultura urbanocêntrica, a obra ficcional machadiana se desdobra, quase exclusivamente, no Rio de Janeiro (SENNA, 1998: 84).

Encontramos em sua obra diversas passagens em que este autor não floreia, nem utiliza meias palavras. Em seus escritos sobre o negro, direta ou indiretamente, Machado não o apresenta com traços heróicos, de bravura ou de insubordinação, como na versão bastante cara ao Romantismo. Apesar da ideologia dominante, ele o descreve como um ser humano sob as vivências de um ser oprimido, sempre laborando.

De maneira sutil, Machado cria personagens e cenas em que o negro pontua uma realidade construída em bases senhoriais e, gradativamente, vai revelando uma sociedade em que o poder econômico define quem é o indivíduo. Todo esse cenário vai determinar a exclusão ou aceitação social desse sujeito. Apresenta-se, assim, uma sociedade que, embora elaborada em contornos ditos modernos, em um mundo em transformação e de roupagem liberal, na verdade conservava bases do sistema colonial, nutrindo ainda o escravismo.

No conto “Mariana”, Machado traz o narrador Coutinho que, retornando de uma viagem, convida dois antigos companheiros para um lauto almoço no hotel em que se hospeda. Entre alguns brindes, conversam e revelam intimidades, trocam pequenos segredos. Inescrupuloso, Coutinho confia que fora amado como nenhum outro homem, vangloriando-se especialmente da paixão que provocara em Mariana, escrava, “mulatinha”, cria da casa, quase irmã, que crescera junto a todos da família, como uma “filha”:

Chamava-se Mariana, continuou ele alguns minutos depois, e era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa,

nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre (ASSIS, 1997: 68).

O conto nos fornece dados que nos fazem perceber questões relativas ao domínio econômico, condições subalternas e a dependência em condições de desigualdade. Ampliando a quadra citada por Ramos, a presença da mulher assume contornos sensuais, sobretudo a mestiça. A história apresenta, então, enfrentamentos de diferentes ordens numa narrativa marcada pela tristeza, mas em que, por vezes, o humor surge tímido. O registro crítico revela a disposição de fatos e sua continuidade acentua as diferenças.

No contexto da época, as diferenças sociais ganham expressão e surgem na literatura por meio de idéias e preceitos consolidados por fatores ideológicos. Sabemos que o meio, a tradição, o caráter nacional, etc., são de influência para os autores. A arte de refletir, de escolher idéias e sua inserção no ambiente imprime estilo ao narrador.

Daí que, retornando às citações de Senna, lemos sobre uma outra característica machadiana:

a cidade em Machado é uma espécie de “arquipersonagem” que transcende os limites de qualquer das pessoas ficcionais, com quem se relaciona ora harmonicamente, sobretudo com as que pertencem às classes dominantes, ora com a hostilidade de uma esfinge devoradora frente àqueles que não lhe souberam decifrar o enigma crucial. Além disso, muitas vezes é metáfora construída esteticamente para expressar e até opor condições ético-existenciais, situações sócio-culturais, estados emocionais diversos, em diferentes momentos da vida das personagens (SENNA, 1998: 85).

No que se refere à presença do negro na literatura brasileira, vemos em Machado uma característica a ser apontada posteriormente por Georges Rabassa, a de que “contrariamente a uma crença difundida, o negro tem figurado na literatura desde os primeiros momentos da palavra escrita” (RABASSA, 1965: 25). Assim, apesar de não ser personagem de grande destaque em sua obra, Machado não ignora sua presença, pontuando espaços e servindo de contraponto a uma ideologia escravocrata em que não deixa de criticar o senhor, revestindo-o diversas vezes de traços risíveis e jocosos. Isso se pode comprovar quando ambienta o romance *Brás Cubas* em bases escravagistas, com barões e sinhás integrados a um feixe em que as relações de força em uma sociedade estratificada marcam a narrativa, assinalando a diferença. Tal perspectiva nos leva a refletir sobre Walter Benjamin ao afirmar que a escrita

literária traz consigo a marca do narrador, aqui comparado à mão do oleiro posta na argila de um vaso a ser moldado (BENJAMIN, 1985: 205). Por isso, destacamos que os vestígios narrativos estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.

Pensando as bases da escrita machadiana e iniciando algumas comparações com o texto de Evaristo, vemos que as obras ficcionais, em suas raízes, contêm pressupostos conceituais nos quais se lêem observações de cunho pessoal do autor que trabalha e tece seu texto com elementos da realidade, vinculando-os a leituras precedentes e fios preservados pela memória. Sua inspiração para escrever sobre algumas temáticas é, muitas vezes, respaldada em anseios sociais para constituir uma maneira de inferir opiniões e, ao mesmo tempo, criticar a sociedade de seu tempo. Um dos procedimentos usuais dessa crítica é trazer o passado para o presente para que seja debatido e problematizado.

O conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, foi publicado em 1906, no livro *Relíquias da Casa Velha*, inserindo-se na fase “madura” do autor, de características marcadamente Realistas. A ação temática transcorre, mais uma vez, no Rio de Janeiro, em finais do século XIX, ou seja, antes da abolição da escravatura. Machado volta, assim, a um tema que serve de pano de fundo para a narrativa, não se configurando, porém, como a questão principal. Entretanto, realiza uma cartografia social de seu tempo, dos aspectos sócio-econômicos das personagens ali representadas beiram a miséria, da dependência e da escassez, de modo que o pensamento predominante é de bases capitalistas, com destaque para a “coisificação” do ser humano que faz com que escravos sejam comparados a mercadorias.

Narrado em 3ª pessoa, este é um dos contos em que o autor apresenta a escravidão de maneira mais impressionante e brutal. A instituição forma uma tela de fundo, um elemento do cenário em que se desenrola a trama. Nesse conto a escravidão é o próprio centro da história. Aliás, já na primeira linha do conto, o autor afirma que “a escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais”.

Adentrando o perfil psicológico das personagens, Machado faz vir à tona o problema do egoísmo humano e a fraqueza de caráter que subjagam o discernimento do mundo e das coisas. Lançando mão da ironia, a sociedade hipócrita em que se ambienta a narrativa é constantemente questionada pelo narrador que reconhece em sua busca exacerbada pelo poder

uma tentativa de impor a ordem social aos dominados. A oposição em que se confrontam as personagens torna-se uma briga atroz de semelhantes, através da qual legitima-se o poder da classe dominante e de em que sai vencedor o mais forte, apesar de sua fraqueza moral e instabilidade emocional.

O momento de escrita do conto, como vimos, é posterior à abolição da escravidão que, por sinal, já era considerado algo do passado. Tal se revela quando a enunciação se refere à profissão de caçador de escravos fugidos como extinta devido à modernidade e ao progresso que passaram a prenunciar o nascimento do século XX. O narrador se refere a Cândido Neves, um ex-caçador de escravos que os capturava para entregá-los aos seus senhores. Após haver tentado diversos outros ofícios, sem obter qualquer êxito e, sobretudo, pressionado pelo casamento com a órfã Clara, Cândido opta por essa atividade. O fato que o dissocia da maioria de seus colegas de profissão é o fato de Cândido caçá-los na cidade, ou seja, nas ruelas, espeluncas, procissões e aglomerações do mercado e do porto.

Diferentemente dos escravos das fazendas, os da cidade misturavam-se à população negra, livre e alforriada, para confundir os caçadores urbanos. Aliás, os anúncios dos jornais da época, fonte extraordinária de pesquisa, descrevem as estratégias usadas por escravos fugidos descrevendo seus traços físicos, marcas, bem como partes da cidade a que eles estavam habituados. Uma das estratégias para tentar diferenciar o negro livre do escravo era a proibição do uso de sapatos. Logo, todo negro ou mulato calçado era considerado, a princípio, como sendo livre ou alforriado. Nessas condições, logo surgiu um mercado em que os evadidos poderiam facilmente obter calçados para evitarem ser interpelados. Isso aumentava a desordem social, fazendo recair a suspeita sobre todos os negros livres. Essa situação modificou-se apenas após a segunda metade do século XIX, quando a imigração de proletários portugueses ao Brasil substituiu-se a mão-de-obra escrava no mercado urbano carioca.

Um outro dado curioso é o fato de os escravos urbanos serem alugados. Seus senhores os alugavam a terceiros, em geral pequenos comerciantes, a fim de fazer tarefas pesadas e desagradáveis, de modo que havia uma mobilidade bastante grande de escravos pelas ruas da cidade, sempre a serviço de um novo senhor. Isso conduziu a uma situação particular, na qual o empregador do escravo não era seu proprietário.

Estes permitiam que os escravos guardassem pequena parte de seus ganhos, a fim de formarem um pecúlio que, eventualmente, lhes permitiria comprar sua própria liberdade, apesar do alto preço cobrado. Entretanto, isso representava um estímulo – o capitalista e material – que o impelia a trabalhar ainda mais e, conseqüentemente, a fornecer maiores rendimentos ao seu senhor.

É nesse contexto, portanto, que se desenvolvem as atividades de Cândido, personagem central do conto. Mesclando história e ficção, Cândido lê diariamente os jornais, toma nota do nome e de características físicas dos escravos para, munido de uma corda, sair às ruas da cidade, esperando encontrar os fujões, habilitar-se à recompensa oferecida e poder, como visto acima, sustentar sua casa. Neste sentido, o casamento de Cândido e Clara também revela fortes impressões da sociedade que Machado tanto critica. A moça, cujo único parente é uma tia com quem, aliás, o casal passa a viver após o matrimônio, adapta-se à vida sem ambições de Cândido. Ademais, mostra-se submissa ao extremo, sendo incapaz de exigir do marido benesses e facilidades, bem como acatar pacificamente as sugestões da tia.

O nascimento do filho torna-se, dessa maneira, motivo de grande preocupação para o casal, sobretudo porque a tia reconhece a escassez de recursos para o sustento de um filho. Por isso, após o nascimento, convence Clara a abandonar a criança na “roda dos enjeitados”, um artefato giratório instalado na porta dos orfanatos que permitia aos pais depositarem seus filhos com segurança, fato que, aparentemente, não causava muito espanto na sociedade de então.

Antes de levar o bebê rumo ao seu destino, Cândido tenta obter dinheiro através de Arminda, uma negra fugida com quem ele acreditava haver cruzado e cuja recompensa lhe permitiria manter a família unida. Com efeito, após caminhar um pouco, Cândido depara-se com a escrava, chama-lhe pelo nome e ao ser atendido, ata-a com as cordas e leva-a ao seu antigo senhor. Apesar das súplicas, da afirmação de que estava grávida, bem como da promessa de que se tornaria sua escrava, o feitor conduz Arminda a antiga casa, diante da qual a escrava aborta.

De fato, no sistema escravagista brasileiro, era comum que alguns indivíduos escondessem e conservassem para si escravos fugidos. Cândido recusou e arrastou-a até a casa de seu senhor que morava em um bairro próximo. Machado descreveu bem a seqüência

da cena e os leitores desse conto publicado em um jornal da época não tinham nenhuma dificuldade para seguir o itinerário. Recebida a recompensa, a personagem recupera seu bebê e volta a casa, narrando à tia detalhes da captura. É interessante observar que Clara, a mãe, não participa da conversa.

Por outro lado, a presença do narrador é um elemento bastante importante para a construção da ironia, visto que sua perspectiva aproxima o leitor do tempo e do espaço através de relatos históricos sobre os fatos acerca da escravidão, como na descrição das crueldades perpetradas contra os escravos, como a intensa discriminação social que os fadava a um eterno não-lugar. No entanto, seu valor pecuniário era reconhecido, bem como os senhores sabiam que castigos severos poderiam impedi-los de prestar os serviços necessários, quer na casa, quer através do aluguel. Por isso, quando fugiam “grande parte era apenas repreendida; havia alguém em casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, por que dinheiro também dói” (ASSIS, 1998, 201).

A ironia machadiana é percebida nos nomes das personagens: Cândido significa, em latim, tudo aquilo que é “alvo”, “puro”, “imaculado”. Clara, por sua vez, significa, também em latim, o que é “brilhante”, “luzente”, “ilustre”, bem como à distinção social. Esta, no entanto, não é inerente à personagem que, apesar da virtual perda do filho, não esboça nenhuma reação, sendo sempre submissa aos desmandos da tia, Mônica.

Percebe-se, igualmente, intertextualidade entre o nome da personagem machadiana e o “Cândido”, de Voltaire, obra que satiriza o otimismo de Leibniz, então em voga, que preconiza que nos encontramos no melhor dos mundos possíveis. É pertinente a comparação do Cândido de Voltaire e o de Machado, posto que ambos são responsáveis por ironizar uma idéia vigente ou um sistema: um, o otimismo desenfreado; outro, o sistema escravagista em que negros são tratados como objeto e não como seres humanos. Ou seja, nenhum dos Cândidos se aproximam da etimologia de seus nomes, tampouco demonstram que o mundo em que vivem é o melhor dos possíveis.

O protagonista da obra de Voltaire busca encontrar o lado positivo da situação, seguindo os ensinamentos do Dr. Panglós, seu mestre. Seu caráter reflete uma alma sensível, apaziguadora e sensata. Em contrapartida, a personagem machadiana não revela nenhuma

candura: ao contrário, mesmo sendo pai e tendo estado prestes a abandonar o próprio filho, mostra-se insensível ao aborto da escrava ao arrastá-la pelas ruas até a casa do antigo senhor. Revela-se aí que o que realmente importa é alcançar o prêmio prometido e ficar com o seu filho.

Outro ponto importante é que a idéia de progresso e perfeição em Voltaire está ligada ao trabalho: “quando o homem foi posto no jardim do Éden, foi ali posto para trabalhar, *ut operetur eum*, o que prova que não foi criado para repouso” (VOLTAIRE, 1997: 14). Voltaire faz o homem tornar-se perfeito, pois além de dar-lhe melhores condições de vida, faz com que a felicidade seja obtida através do trabalho. Extremamente irônico, Machado constrói um Cândido avesso ao trabalho, cujo sustento decorre do trabalho escravo e da desgraça dos negros.

Último romance de Machado de Assis, *Memorial de Aires* (1909) é considerado a obra que serve de testamento literário e existencial de Machado de Assis, visto que nele se fundem diversos elementos autobiográficos. Estes podem ser percebidos tanto no conselheiro Aires quanto no casal Aguiar, que vive em doce harmonia e sofre pela falta de filhos. Através do Conselheiro José da Costa Marcondes Aires, Machado revela seu “tédio à controvérsia”, sua natureza conciliadora e seu espírito observador. Escrita após a morte de sua esposa, Carolina, a obra traz, no doce retrato de D. Carmo, um retrato nostálgico da companheira perdida. A coincidência dos nomes – Aguiar e Assis, Carmo e Carolina, o carinho extremado, a infertilidade são mostras de que o casal ficcional seja uma representação pouco disfarçada do casal Assis.

Nesta obra, Machado de Assis atinge o ápice de sua preocupação com climas, ambientes, situações existenciais sutis e delicadas. “— *E andam críticos a contender sobre romantismos e naturalismos!*” Exclama Aires. Alheio a toda essa contenda, o narrador do romance, como Machado de Assis, segue interessado em investigar a fundo o caráter e a psicologia complexa das personagens. Mais que isso, revela teoria humanista presente em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e o filósofo enlouquecido que protagoniza *Quincas Borba* (1891) e a transmissão a Rubião destes princípios filosóficos. No entanto, há personagens recorrentes, como o próprio Aires que antes figurara entre as personagens de *Esau e Jacó* (1904), astuto observador da natureza humana.

A narrativa do *Memorial*, em forma de diário preenchido por Aires, abrange os anos de 1888 e 1889. Machado de Assis registra com simpatia, sempre através das palavras atenuadas de Aires, o momento em que a Abolição da Escravatura é concretizada, como no dia 19 de abril de 1888, quando Aires faz a seguinte anotação em seu diário:

“Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes”.

As construções em torno do Barão de Santa Pia, pai de Fidélia, ensejam o episódio de concessão de liberdade aos seus escravos. Fica evidenciado que a personagem é fazendeiro tradicional de uma área que depende do trabalho escravo, de modo que suas relações sociais e econômicas baseavam-se, principalmente, na dominação pessoal, no trato direto. Por isso, resolve tomar uma decisão contraditória e concede a alforria a todos que trabalhavam para ele antes da abolição ser decretada. Justifica-se ao afirmar: “Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso” (ASSIS, 1988: 44).

O autor arremata esse episódio e acentua a fala do Barão ao afirmar: “Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada...” (ASSIS, 1988: 45). Desse modo, contrariando os que o acusavam de nunca ter se envolvido diretamente com a questão escravista, as palavras de Aires em relação à abolição fogem ao seu estilo sempre tão comedido e diplomático. Revelam, em contrapartida, o autor atrás do narrador e sua perspectiva quanto ao tema. Através de Aires, Machado de Assis deixa seu testemunho sobre a escravidão e ao seu envolvimento emocional com a questão.

“enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da regente. (...) Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia” (ASSIS, 1988: 79).

Em seguida, todavia, o conselheiro atenua a emoção e retorna à sua vida de “voyeur” e impassível observador da vida alheia: “Não há alegria pública que valha uma boa alegria particular”. Neste ponto, a narrativa ficcional e a histórica se perpassam, formando, segundo Ricoeur:

o entrecruzamento entre a história e a ficção na refiguração do tempo se baseia, em última análise, nessa sobreposição recíproca, quando o momento quase histórico da ficção troca de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar de *tempo humano*, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo (RICOEUR, 1997: 332).

Tal se pode ler não apenas em Machado ao rever as questões sociais de nosso país, mas também em Conceição Evaristo, como veremos oportunamente, visto que sua escrita regressa, pela via da memória, ao tempo da escravidão para, na contemporaneidade, insistir numa denúncia sobre a condição do negro.

Dessa maneira, além da violência e da brutalidade imputadas ao negro – decorrências de sua incivilidade, segundo um olhar eurocêntrico –, tanto Machado quanto Evaristo mostram sua inadaptabilidade ao meio em que se inserem. Se os gestos de rebeldia e insurreição nem sempre são acatados, a loucura, uma tentativa de registrar sua dificuldade em associar-se ao meio social em que foi lançado, torna-se opção viável.

Essa é, acreditamos, a razão por que Evaristo discorre sobre a insanidade ao trazer a história de vô Vicêncio e seu ato derradeiro de livrar sua família da escravidão ao matar a mulher, tentar assassinar os filhos e mutilar-se. Do mesmo modo, Machado cria Rubião, personagem de *Quincas Borba*, que também é construído a partir desse tema. As duas personagens são, naturalmente, oriundas de uma classe econômica inferior. No entanto, é interessante é observar que Vicêncio sempre conheceu a pobreza perpetuada por seus descendentes através do sobrenome senhorial, ao passo que Rubião passa por rápida ascensão social para, posteriormente, decair, sendo a loucura seu único refúgio.

Ampliando o espectro de sua escrita, esses dois escritores também caracterizam a mulher como figura voltada para o lar, com afazeres domésticos, seja pelo estatuto escravo ou por condições econômicas, de modo que essas características são produzidas e alimentadas pelo sistema patriarcal. Em *Ponciá Vicêncio* a vida surpreende a personagem com as variadas

e grandes dificuldades que a fazem migrar do campo para a cidade em busca de esperança e de liberdade. Essa procura é vasta e se baseia não apenas na aventura, mas em melhores dias traduzidos em uma perspectiva individual, mas que, ao mesmo tempo explica o coletivo, sobretudo porque, como assinala Rabassa, “nas cidades, os negros são mais conscientes de sua posição inferior e fazem o que é possível para melhorá-la” (RABASSA, 1965: 439). Com base nessas descrições, percebemos que o decurso de tempo entre as obras não altera significativamente o nível de subalternidade de suas personagens, fato que ressalta a idéia de que a escravidão se caracteriza pela anomia nas relações entre (FREIRE, 2007: 103).

Não podemos nos furtar a discorrer, ainda que brevemente, sobre Gilberto Freyre. Sua observação crítica de nossa sociedade é inovadora em objeto, método e estilo, já que, em vez de seguir a ordenação cronológica das histórias tradicionais, ou de adotar os períodos delimitados pelos feitos do Estado ou da Igreja, investigou a família patriarcal, gerada à sombra do latifúndio e da escravidão. *Casa Grande & Senzala* analisa não apenas a condição do negro, mas de toda uma sociedade, como na afirmativa de que “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino, do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala” (QUINTAS, 2005: 305-306).

No que se refere às bases para o estudo sistematizado da África e de elementos da sua cultura, lemos em Laura Padilha que “obras como as de Freyre e de outros brasileiros contribuíram para o processo de mascaramento, de rasura da África e de sua diferença entre nós” (PADILHA, 2007: 399). A autora prossegue afirmando que: “volto a Hall que assim se refere a essa supressão e/ou silenciamento, de modo genérico, lembrando a necessidade de se atentar para (...) o significativo, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim” (ibidem).

Por isso, apesar de subjugado, o negro rompe a perspectiva histórica e se lança nas lutas diárias em busca de um caminho possível para revalidar suas contribuições culturais. Nessa empreitada, demarca pontos cujas representações mantêm o elo entre uma história marcada pela escravidão, preconceito e marginalidade social que resiste, persistindo até nossos dias e releituras que servem de contexto em que o reconhecimento seja inserido nas ações que são construídas no campo social.

Deparamo-nos com um cenário de angústias de um passado que se reproduziu ao longo dos anos, mas que é sistematizado através de reivindicações no presente por intermédio de feixes de memórias que se perpetuam e aos quais nos dedicaremos em seguida.

1.3. Telas das histórias: a memória conta fatos

A memória tem a propriedade de conservar, de manter determinadas informações. Graça a ela, nós podemos atualizar impressões, detalhes e informações passadas. Considerando seu caráter social, verificamos que ela é um dos meios fundamentais para conduzir os problemas do tempo e da história.

Para os gregos antigos, *Mnemosyne* era a deusa da memória, controladora do tempo, filha de Urano (deus do céu e das estrelas) e Gaia (deusa da Terra). O enlace de *Mnemosyne* com Zeus, o rei dos deuses, resultou em nove filhas, as musas, responsáveis pela inspiração artística e científica. A deusa dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de relembra-lo para a coletividade. Em seu poço, fazia com que os mortos que bebiam de sua água relembassem de suas vidas, ao contrário, daqueles que, ao beber da água do poço de *Lethes*, esqueciam-se do passado. *Mnemosyne* tinha também o poder de imortalizar artistas e historiadores.

Esse mito colabora efetivamente com o conceito contemporâneo de memória. Para compreendê-lo, podemos buscar o sentido da palavra mito, que pode ser entendida como

uma das muitas palavras que a língua de Homero e de Hesíodo dispõe para designar o ato da fala. Nessa riqueza vocabular, correspondente à espantosa exatidão com que o homem na grande época do mito do mundo percebe e se dá conta dos diversos matizes da concretude e da pluralidade, descobre-se um senso de realidade cujo modo privilegiado de conhecimento é a intuição instantânea do sentido totalizante do ser (TORRANO, 1996: 25).

No sentido mítico, recordar significa resgatar um momento original e torná-lo permanente em relação à nossa vivência do tempo como algo que passa, que se vai e que tende a se perder. Lembrar, recordar, é resgatar o tempo, o vivido que confere um retorno, um reviver de fatos que estariam perdidos, mas que retornam através de processos contidos na recordação, no “eterno retorno” descrito por Gaston Bachelard.

Ao longo dos séculos, a memória ganhou novas concepções, transformou-se muito e passou a ser analisada e estudada em suas funções. Dotada de diferentes atribuições, obteve importância dentro das variadas teorias do conhecimento. O Professor Brant Horta a define como

a faculdade de conservar e de reproduzir o conhecimento de fatos passados. O ato correspondente à memória é a lembrança na qual a análise descobre três elementos distintos: 1) um fato antigo; 2) um fato lembrado; 3) a identificação do fato antigo no fato lembrado. Sem este último elemento, isto é, a identificação do fato reproduzido com o fato antigo, o fato reproduzido formaria um fato novo (HORA, 1942: 16).

Podemos, portanto, considerar a memória como um campo de disputas que inclui processos diversos de produção que fazem a articulação de lembranças e esquecimentos dos diferentes sujeitos e tempos que compõem o mosaico social. Nesse sentido, percebemos que ela realiza o reordenamento de um passado em comum, fornecendo material que fundamenta novas interpretações do presente. Tal processo sempre transcorre em um campo sócio-político dentro de marcos históricos datados, visto que contém nas suas especificidades representações de fatos. O historiador Pierre Nora destaca que a história passa a ser mais dinâmica quando o novo dá as cartas e conduz vidas. Para ele,

o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo - e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito - e a nossa, que só é história, vestígio trilha. Distância que só se aprofundou à medida que os homens foram reconhecidos como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje, num ponto convulsivo (NORA, 1993: 8).

Considerando a narrativa como a concepção de uma mediação entre o passado e o presente, mas que constrói também o futuro, deparamo-nos com inúmeras demarcações de fatos que são efetivados através da memória. Sendo assim, há uma memória subjacente aos negros feitos escravos em África e trazidos ao Brasil, através da qual sua terra, seus mitos, suas tradições, seus familiares e ancestrais são rememorados como procedimento que acentua sua dor e provoca a saudade, mas que desencadeiam, similarmente, atitudes de resistência. A manutenção de sua língua, sua religiosidade e seus costumes, bem como o sincretismo e demais procedimentos que lhes permitiram burlar os desmandos coloniais, tornam-se recorrentes ao demarcarem sua situação, servindo, portanto, de elo entre os textos de Machado de Assis e os de Conceição Evaristo. Ambos remetem às penúrias inerentes a um modo de vida ou à existência sem um percurso de pertencimento autêntico, sem rede de implicações relacionais decorrentes das diversas tentativas de silenciamento a que foram submetidos.

Contudo, através de suas narrativas, esses escritores evocam memórias subjugadas que podem ser lidas como de suas personagens ou mesmo autobiográficas, e nos revelam dramas cujo cenário traz questões implicadas nas senzalas e nas comunidades afro-descendentes. Torna-se fácil reconhecer entre eles índices mais baixos de escolarização, menores salários e demais estereótipos que se expressam na exclusão social, na marginalização, na subtração de direitos e de oportunidades.

A memória enquanto instância de mediação, todavia, é necessária porque sem ela não existe realidade. Nesse sentido, a discursividade estabelecida nas obras literárias em que nos respaldamos dialoga com problemas dos negros e outras minorias em nossa sociedade; os elementos constitutivos das personagens ganham pertinência nos espaços, no tempo passado que escorre até os nossos dias, implicando-nos. Na medida em que a memória é reativada contando aquilo que aconteceu, o passado revigora, ganha flexibilidade e permite um fluxo que aponta para mudanças constantes.

A memória como instrumento de reconfiguração do passado, como confirmou Maurice Halbwachs, sugere que as mudanças são geradas por contextos sociais diversos. Segundo ele: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”

(HALBSWACHS, 2004: 75-76). É importante considerarmos que Halbwachs foi o primeiro sociólogo a resgatar o tema da memória para o campo das interações sociais. Ele não adotou a idéia construída de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana. Ao contrário, estabeleceu a premissa de que os homens tecem suas lembranças a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Desse modo, algumas são reiteradas no seio de famílias, outras entre os diferentes segmentos sociais.

É necessário reconhecer que o passado foi vivido por diversos grupos, perceber que a narrativa surge como refletora da realidade e, simultaneamente, como sua formadora. Semelhantemente, é importante entendermos que a língua em que as memórias são registradas nunca é neutra, mas sempre produzida no contexto do mundo social, nas relações e interações dos homens e sempre acompanhada das relações de poder.

Portanto, reconstruir a história deve ser visto como acontecimento que se transforma em marco significativo que se torna “lugar de outras memórias”, fornecendo o tecido das identidades sociais, na medida em que a reconstrução histórica trabalha com fatos, datas e acontecimentos que são resgatados e recompostos. A memória social contém vários componentes de subjetividade; é uma dimensão de contornos diferente. Ela perpassa a reconstituição histórica, pois fornece dados de dimensões da experiência vivida a partir do colhido, da percepção dos atores envolvidos.

A memória coletiva pode constituir uma construção simbólica à medida que é interpretada a partir de fatos representativos de grupos sociais que funcionam como seu referencial. Ela precisa ser constantemente revivida e, portanto, necessita de vigas que promovam sua manifestação e manutenção. É nesse sentido que as realizações humanas tornam-se elementos simbólicos. Enquanto representação social, podem estar atreladas a processos que levam tanto à inclusão quanto à exclusão.

Numa outra abordagem, vemos que para Michael Pollak, “as lembranças, muitas vezes, não estão relacionadas às datas em sua precisão, mas a alguma ordem sensorial que marca o momento e fica registrada na memória de quem viveu o fato e depois o transmitiu por meio da oralidade” (POLLAK, 1989: 11). Como os indivíduos não pertencem somente a um grupo social e se inserem em múltiplas e diversas relações sociais, as diferenças de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo da vida.

Pollak considera que as memórias marginalizadas abrem novas possibilidades no campo da história oral. Para ele, elas não remetem ao mero fato de historicizarem memórias que deixaram de existir, mas de trazer à tona outras “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível” e que “afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989: 3-15).

Partindo do princípio de que toda a memória inscreve suas lembranças contra o esquecimento, de modo que o que estava escamoteado ressurja marcando o presente, vemos que as diferentes linguagens no campo social supõem um caráter diverso da memória. Temos, aí, uma possibilidade de (re)construção e condução de dois tempos possíveis: o social e o mítico, fazendo surgir os impasses inerentes ao social e os enigmas que constituem os pontos míticos do que está sendo revelado.

Nesse sentido, buscamos em Bergson a seguinte interrogação sobre a memória:

Trata-se de recuperar uma lembrança, de evocar um período de nossa história? Temos consciência de um ato *sui generis* pelo qual deixamos o presente para nos recolocar primeiramente no passado em geral, e depois numa certa região do passado: trabalho de tentativa, semelhante à busca do foco de uma máquina fotográfica. Mas nossa lembrança permanece ainda em estado virtual; dispomo-nos simplesmente a recebê-la, adotando a atitude apropriada. Pouco a pouco aparece como que uma nebulosidade que se condensasse, de virtual ela passa ao estado atual; e, à medida que seus contornos se desenham e sua superfície se colore ela tende a imitar a percepção. Mas continua presa ao passado por suas raízes profundas e, se, uma vez realizada, não se ressentisse de sua virtualidade original se não fosse, ao mesmo tempo em que um estado presente, algo que se destaca do presente, não a reconheceríamos jamais como uma lembrança (BERGSON, 1990: 110).

Acrescente-se que, para este autor, a memória pode ser considerada em “três termos: a lembrança pura, a lembrança – imagem e a percepção, dos quais nenhum se produz na realidade, isoladamente” (BERGSON, 1990: 109). A junção entre história e memória resulta fontes que ganham uma mesma vertente: são narrativas, formas de contar, de dizer o mundo, de olhar a realidade. São discursos, falas que descrevem ditos e fatos, explicam, pontuam, interpretam e atribuem significados à realidade.

Voltando nosso olhar brevemente sobre a mitologia grega, encontramos Clio, uma das filhas de *Mnemosyne* e Zeus, que nos é apresentada como senhora da História, neta de Cronos, o senhor do tempo. Desse modo Clio e *Mnemosyne* teriam quase o mesmo objetivo:

construir o passado. Com efeito, a relação entre mitologia e literatura é bem antiga. Ambas dialogam naturalmente, tocam no imaginário e provocam entendimento nas diferentes realidades sociais, visto que a literatura tem a capacidade de recompor o passado, entrelaçar origens, fazer ressurgir acontecimentos, descrevendo, recortando moldes e outros modos das existências do espaço social,

pois se um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. Num outro sentido, é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura. Ou seja, a unidade do texto está apenas no *actus purus* da própria recordação, e não na pessoa do autor, e muito menos na ação. Podemos mesmo dizer que as intermitências da ação são o mero reverso do *continuum* da recordação, o padrão invertido da tapeçaria (BENJAMIN, 1994: 37-38).

Dessa maneira, o passado, quando conduzido ao presente, não nos remete somente para o fato evocado, mas transita no tempo e desliza no espaço, fazendo conexão de palavras e imagens, e, com isso, correlaciona os sentidos, dando sintonia ao que é buscado. Tal ocorre porque o momento vivido é que define como a memória de um grupo social será estruturada, o que se será retido e transmitido, esquecido e silenciado. Este é um processo que entra na ordem de seleção que pode ser tanto movimento interno do indivíduo, mas que pode, muitas das vezes, ser provocado ou imposto por quem tem o domínio, e nesse caso fazem da memória poder que poderá vir a ser manipulado. Isso acentua a promoção do esquecimento e do silêncio.

O ato de esquecer não é referencial somente dos fenômenos individuais, mas pode ser, em alguns casos, resultado de um processo social. Tal processo estaria vinculado às características da seletividade da memória. O ato de esquecer pode ser também fruto de determinados conflitos e desavenças, meio de manipulação exercida quase sempre por grupos dominantes sobre os dominados.

Na contemporaneidade, a memória constrói um processo de interdependência da história. Com o passar dos anos, ela se ancorou na história. Por isso é que se diz que, no século XIX, há determinada perda da memória. A história se apropria da memória coletiva e faz a transcrição dos fatos. Do passar do século XIX para o século XX, a ganha emancipação e liberdade em relação à História, obtendo espaço substancial, constituindo-se matéria da Literatura, da Filosofia, da Sociologia, enfim, passa a freqüentar com destaque o campo das

Ciências Sociais. Essa é a premissa que sustenta a assertiva de Jacques Le Goff de que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1996: 24).

Certamente, a memória não é um todo constituído uniformemente de modo rude ou rígido; pode ser entendida como uma teia repleta das significações mais variadas e adversas, com contornos dinâmicos que aglutinam e dão sentido e coesão ao grupo de pertencimento. Por isso, ela é passível de manipulações em que jogos de poder se impõem, violentam e nos quais o esquecimento torna-se estratégia significativa. Os fatos uma vez inseridos e constituídos como lembranças podem construir o que não lembramos, o que não é mais evocado, o que gera esquecimento ou silenciamento. Assim, quando buscamos a relação entre memória e esquecimento devemos situar que, em contraposição, a memória só poderá desempenhar sua função social através de conjunturas próprias, amparada nas lembranças evocadas por vivências do outrora.

Por outro lado, podemos considerar que o silêncio por si só significa uma construção não expressa que propõe uma relação de significação, uma proposta em que a linguagem verbal não aflora. O silêncio, nesse caso, é visto não apenas como uma manifestação da pessoa, surgindo, assim, um fenômeno físico, mas que deve ser percebido como um processo histórico-significativo.

O não verbal também dá conta dos vários sentidos que se apresentam intermediados pela imaginação, que é necessário para a produção do imaginário. Para Eni Orlandi “quando não falamos não estamos apenas mudos, estamos em silêncio: há o ‘pensamento’, a introspecção, a contemplação etc.” (ORLANDI, 1995: 37). Com base nessa pontuação percebe-se que não é possível interpretar o silêncio, mas compreendê-lo. Em contrapartida, vemos que ao discorrer sobre histórias e acontecidos, a presença de um mundo imaginário, que é oposto ao mundo real, transparece, uma vez que ao desenvolver o discurso, surgem as recordações que fazem emergir os acontecimentos e reconstruir cenas. Toda sociedade ou cada sistema social produz um imaginário que lhe é mais apropriado. Ele também implica a estruturação do poder através de manobras em redes sociais, que os revelam e encobertam, visto que, segundo Orlandi ele se “assenta no modo como as relações sociais se inscrevem na

história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 1999: 42).

Com efeito, as lembranças são incorporadas pela história na proporção que deixam de existir ou na medida em que os grupos que as trazem a tona deixam de existir. Tendo em vista que a perpetuação dessas lembranças se dá através da recitação, do ato de contar história e reviver o passado, lemos em Benjamin que “a figura do narrador remonta à Antigüidade clássica e está fundada nas narrativas épicas que sobreviveram ao turbilhão da modernidade e permanecem em nossos dias” (BENJAMIM, 1987: 127). Para ele, o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida, de modo que

o historicismo se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios (BENJAMIN, 1987: 228).

Pensando a questão da memória associada ao hibridismo cultural numa perspectiva mais próxima “da casa grande e da senzala”, isso é, da realidade brasileira, voltamos a Gilberto Freyre, para quem a contribuição dos negros advindos das áreas mais adiantadas foi um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados apenas pela sua condição de escravos.

Em reflexões entre passado e presente, lemos em Machado, nos *Escritos Avulsos*, mais especificamente, no conto “Um Dístico”, uma referência à memória: “quando a memória da gente é boa, pululam as aproximações históricas ou poéticas, literárias ou políticas. Não é preciso mais que andar, ver e ouvir” (ASSIS, 1997: 119). Ao fazer essa citação, Machado acrescenta que “já lá vão vinte anos ou ainda vinte e dous. Foi na Rua de S. José, entre onze horas e meio-dia. Vi a alguma distância parado um homem de opa, creio que verde, mas podia ser encarnada. (...) Tal encontro era muito comum naqueles anos” (Ibid).

Assim, a memória surge nas narrativas de Machado e povoam o contar de Evaristo trazendo-nos o acontecido, o que as lembranças despertam. As memórias nas narrativas dos autores estão associadas à impressão que eles têm de suas vivências no mundo. Contudo, entre o tempo vivido e o narrado, sofrem alteração quanto às impressões que ficaram do passado, porque saem do bojo de um tempo passado para se fazer presente, pois há seleções

no processo de rememorar. Por isso, *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, relembra “a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro. Em tempos outros, havia sonhado tanto! O presente de Ponciá é ruína, caos. Ela gastava todo o tempo com o pensar, com o recordar”

A memória, nesse sentido, faz-nos recordar um dos princípios reguladores da sabedoria primordial africana, na qual o idoso e o jovem ocupam pontos limítrofes entre o mundo visível e invisível, ou seja, o dos mortos e o dos vivos, cuja perpetuação se dá através da narrativa de suas histórias. Pela oralidade, o ato de lembrar e recolocar em cena conduz o passado ao presente por intermédio dos mais velhos, instituídos, assim, do papel de guardiões da memória. Sua sabedoria e mundividência recuperam o passado, recriando-o como estratégia de luta para manutenção dos fatos acontecidos, em meio às alternâncias das histórias e através de vivências ameaçadas de se perderem no tempo. Nesse afã, esses velhos contadores alimentam o rito, revificam o mito diante da ameaça do esquecimento.

A estetização dessas narrativas amplia-se no campo da criação literária enquanto discurso que retrata realidades sociais. Nas narrativas orais e as rememorações que traz funcionam para trazer o passado ou, produzir a sua presença no momento presente, como sinaliza, mais uma vez, Gilberto Freyre sobre a memória africana e a recitação:

Há o akpalô fazedor de alô ou conto... E há o arokin, que é o narrador das crônicas do passado.
O akpalô é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa de negras velhas que só faziam contar histórias. Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos (2005:194).

Assim, de conto em conto, das bocas das velhas negras, a oralidade e a ancestralidade fazem ponte entre a África e o Brasil. Por intermédio dessas anciãs, algumas dessas memórias retornam, a imaginação aflora, os mitos se constroem no social e a magia do contar o passado chega embalando a nossa imaginação.

1.4. A literatura tecida no tear da história

O modo como as lembranças despontam nos faz refletir sobre alguns tópicos que os seres humanos se permitem recordar e contar, tecendo fatos produzidos pela memória.

Conceição Evaristo, escritora e autora de vários poemas, contos e dois romances *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da Memória* (2006) até o momento, é mineira, mas está radicada no Rio de Janeiro. A autora preocupa-se em resgatar a história do negro, pontuando questões da cultura, ressignificando fatos relevantes e necessários ao entendimento de outras inerentes à situação do negro no cenário brasileiro. Para tanto, discorre sobre as conseqüências da escravidão, principalmente na contemporaneidade. Sua obra aborda também dramas vividos pelos afro-descendentes em nosso país, através de um cenário de exclusão e miséria, que acabam revelar uma “falsa abolição”.

Em sua escrita, a autora revela nos relatos questões de identidade, busca dar a importância devida a essas vozes através de sua participação na sociedade, ainda que em nível para subalterno, mas que não deixam de mapear traços da cultura africana e o hibridismo dela resultante. Por isso, seu texto nos faz entrever partes do cenário em que a nação brasileira se forma e transforma, ao trazer consigo o conceito lido em Stuart Hall de que

as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006: 51).

Parte dessas histórias surge, nessa obra, pela perspectiva do morador da favela que sofre ao, mais uma vez, perder seu espaço, visto que, originariamente, esses sujeitos migraram do meio rural ao urbano, sempre à espera de melhores dias. Como ponto comum entre todos eles está a pobreza. Na trajetória da autora há também a vivência, a moradia em uma favela, o que nos permite perceber que uma alternância com o narrador que também é personagem da paisagem que descortina.

Conceição Evaristo nos oferece uma nova ordem ao discurso estabelecido sobre os afro-descendentes no Brasil; sua linguagem oferece facilidade de compreensão, reconta em outras perspectivas, apresentando uma nova ótica. Como afirma Stuart Hall:

Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (HALL, 2006: 40).

Por outro lado, em seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio* (2003), a escritora retira pouco a pouco do baú do passado, doces lembranças de menina, fragmentos de uma vida e revela passagem de sua cultura afro-descendente, como se estivesse apresentando relíquias, pérolas de vivências e vidas ao sabor das desigualdades, do poder, de ideologias vigentes. A autora incorpora à narrativa um intenso desenrolar de experiências e emoções, fazendo emergir sentimentos esquecidos, entretanto ativos no coração daquela comunidade rural. Essas lembranças, somadas à vitalidade da memória é o que mantém as histórias vivas, fortes, florescidas e engajadas, pontuando que o negro sempre buscou eco e resistência, procurando ocupar espaço na sociedade.

Na obra notamos que o instinto de preservação e de manutenção alimenta a comunidade, mas, não impedem o conflito existencial. Descendente de escravos africanos, Ponciá surge despojada do nome de família. O "Vicêncio" de seu sobrenome, reafirmamos, provém do senhor, do antigo dono da terra, como uma marca perpetuada em seus escravos. Há no seu percurso um grande vazio e sucessivas derrotas que vão se alternando ao longo da diegese. Ainda menina, Ponciá recebe a "herança" do avô na forma de andar e de mostrar a mão mutilada. Já mulher, vai perdendo o viés identitário e regressando a uma situação em que já vivenciada anteriormente, marcada por grandes ausências no seu viver. Deambulando sozinha e abandonada e depois de vivenciar vários contratemplos, reencontra a mãe e o irmão. O que a liga ao seu passado é a arte de manusear o barro do rio e moldar esculturas. De igual modo, é com persistência e perseverança que encontra, tal a liga que existe no barro, o elo condutor para resistir e se firmar.

A narrativa de *Ponciá Vicêncio* revela a dimensão da história oral, comum às sociedades africanas e de grande importância para o resgate das suas identidades. Esta se constrói pela memória dos narradores e trazem personagens que desfiavam tradições, que bordam paisagens, riscando com seus fazeres traços para a história.

Alguns autores afirmam que, na modernidade, as percepções de tempo bem como as narrativas históricas seguem processos de aceleração do próprio tempo. Walter Benjamin, em suas reflexões sobre a história, aponta os limites da abordagem histórica que contava os fatos e os eventos ao longo de um tempo homogêneo. Do mesmo modo, para Giddens “a modernidade é uma condição histórica da diferença; de um modo ou de outro, uma substituição de tudo o que vigorava antes” (GIDDENS, 2000: 19). Assim, no tecer da personagem Ponciá surgem metáforas e objetos que produzem idéias de tempos idos, os pretéritos, os presentes em que lembranças rabiscam os futuros que, ao retornarem, surgem relacionados a aspectos da memória ou do esquecimento.

A literatura de contexto africano nos remete a uma viagem guiada pela diferença. Nesse perfil, cenários políticos, econômicos e sociais são resultantes de sistemas de opressão e exclusão em que são construídas e desconstruídas cenas do imaginário. As citações poéticas e ficcionais nos transportam para verdadeiras e distintas realidades, de modo que, cruzando realidades e no embalo de um tempo passado, temos Waldemar Euzébio Pereira, poeta e escritor mineiro que, no poema “Eu falo as vozes”, também remete a uma ancestralidade:

Eu falo as vozes de totunha, de avô mazola, do tio balê e de toda uma nação de gente que, sem saber, carregou no dentro de si a voz dos cantos, a felicidade, a angústia e uma história que se perde no seu começo, trivó duzinha cozinhava ovos com olhar dos olhos (manduca fazia correr o que não tinha perna), e derramou em meu sangue esse calor de poleiro, de algazarra de penas e cantoria. Vai longe os conselhos de zefa, as garrafadas de pantião, as rezas de segredo produzindo boa cura, mesmo naqueles que não se viam pelos olhos da presença, falo sem força de querer ou desejo de pensar, é corredeira d’ água, correndo em pedra de seixo, em grandes quedas e sem evitar grotão, é qual pensamento meu, de lá vem sofrimento que me dói aos ombros, me pesa as pernas e me cansa o corpo, essa coisa de fala que fala essa coisa de sem viver, vivido sem avistar, já sentido e quando visto é reassombro de reencontro, eu falo por totunha, mazola e balê: príncipes e reis, princesas e rainhas, de mim nada sei (PEREIRA, 2008: 103).

Nesse texto temos dizeres pertinentes, plenos de significados, identidades que nos conduzem a releituras sobre o negro, que o retira de grilhões seculares, levando-o a explorar caminhos e universos por vezes desconhecidos, mas em que o senso plural e a surgem como tônica.

Alguns desses lugares foram visitados em *Ponciá Vicêncio* e as particularidades das personagens ali apresentadas despertam vozes e memórias que nos trazem esse “outro lugar”, como no relato abaixo:

O pai de Ponciá não era dado a muitos risos, caladão, quieto, guardava para si os sentimentos. Quando menino, não. Apesar dos mandos do sinhozinho e da aparente obediência cega, que era obrigado a demonstrar. Entretanto, foi crescendo e aprendendo a disfarçar o que lá de dentro vinha (EVARISTO, 2003: 30).

Ao longo do romance, a trajetória do pai se ao percurso da filha e vemos traços de um sistema ainda marcado por ideologia escravocrata, mesmo após a “libertação” dos escravos. Assim, o sinhozinho, para quem o pai da protagonista era apenas um objeto de diversão, surpreendeu-se com o fato de ele também ser capaz de aprender, fato que fez com que o “teste” de inteligência a que fora submetido, fosse deixado de lado. Por isso, apesar de ser pano de fundo em algumas obras, como assegura Rabassa (1965: 435), o romance brasileiro permite que se observem outros aspectos da vida do negro no país, mostrando sua gradual “aproximação” do branco que lhe servira de modelo por muitas gerações. Essa constatação, somada aos romances de Evaristo, mostra-nos que, notadamente, há uma nova ordem do discurso e também a construção de novo olhar sobre os afro-descendentes e sua história no Brasil. Por intermédio delas, vão-se tecendo e aparando os fios apresentados e as diversas falas existentes recontar toda uma história tecida quase que completa por perdas.

Por isso, para dar contas do tempo passado, a memória se faz presente tecendo os fios que nos conduzem a um entendimento, fazendo uma linha de tempo como o conduto histórico, sempre permeado da ancestralidade que une a jovem Ponciá ao seu avô Vicêncio e a elementos da natureza que registram seus percursos:

do peitoril da pequena janela, a estatueta do homem-barro enviesada olhava meio para fora, meio para dentro, também chorando, rindo e assistindo a tudo. Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio. (2003, p. 132)

Geralmente, as imagens do passado são suportes de legitimidade de uma ordem social presente, o que pressupõe a existência de uma memória coletiva, que é partilhada e produz eco entre os participantes de qualquer estrato social. Tal observação nos leva a compreender os mecanismos, os fatores de reprodução nas diversidades existentes no interior de uma sociedade repleta de heterogeneidades que se expressam no meio social.

No desenrolar da narrativa, notamos a tessitura entre as experiências passadas de Ponciá e a experiência coletiva que (res)surge na figura do avô Vicêncio. Aspectos trágicos

como o que acometera essa personagem são comuns na literatura centrada no negro, de modo que percebemos também aí uma linha de leitura entre as obras que nos servem de *corpus*. Assim, encontramos em Machado de Assis, no conto “Virgínius”, a seguinte personagem:

Julião fora um daqueles a quem a alma caridosa de Pio dera sustento e trabalho. Suas boas qualidades, a gratidão, o amor, o respeito com que falava e adorava o protetor, não ficaram sem uma paga valiosa. Pio, no fim de certo tempo, deu a Julião um sítio que ficava pouco distante da fazenda. Para lá fora morar Julião com uma filha menor, cuja mãe morrera em consequência dos acontecimentos que levaram Julião a recorrer à proteção do fazendeiro. Tinha a pequena sete anos. Era, dizia Julião, a mulatinha mais formosa daquelas dez léguas em redor. Elisa, era o nome da pequena, completava a trindade do culto de Julião, ao lado de Pio e da memória da mãe finada (1997: 8).

Nesse conto, Julião mata a filha para salvá-la da desonra resultante do ataque de Carlos, filho do fazendeiro Pio, antigo senhor e “amigo” de Julião. Ao retratar o drama, Machado não deixa escapar os sentimentos e as crenças contidas nas personagens, principalmente quando traz à cena construções em que situa diferenças de classes na sociedade colonial. Encontramos no romance de Evaristo algumas singularidades e marcas que parecem similares às da condição colonial brasileira:

numa tarde clara, em que o sol cozinava a terra e os homens trabalhavam na colheita, enquanto todos entoavam cantigas ritmadas com movimento do corpo na função do trabalho, naquela tarde, o pai de Ponciá Vicêncio foi se curvando, se curvando ao ritmo da música, mas não colheu o fruto da terra, apenas à terra se deu (EVARISTO, 2003: 30).

Tal qual Machado, no conto “Mariana”, Evaristo também discorre sobre os muros sociais e econômicos vigentes na sociedade capitalista. Ela apresenta uma integração entre essas realidades através de uma dimensão histórica que a memória reproduz. Por isso, no presente ela faz reviver o passado. A autora destaca as distâncias que separam as classes sociais e em sua narrativa surgem marcantes distinções culturais. Tal qual Machado, imprime um caráter único e criativo ao contar episódios e ao apresentar espaços e cenas expressivas, necessárias para o entendimento e posterior reflexão. A questão da temporalidade é importante para entender e perceber o que está sendo narrado. A interpretação das colocações oferece uma complementação e revela uma pluralidade contida nas representações de cada época.

No romance, como gênero literário, revela-se uma sucessão de vozes que, ao falar, ganham dimensão e tornam-se um suporte, apresentam nova face ao que é dito, provoca de modo sutil o surgimento de discussão sobre o contido na obra. Nesse contexto, encontramos em Bakhtin um grau de abertura do gênero, ou seja, o fato de o romance não ser um gênero fechado, já que está sempre se modificando, o que faz com que seja dotada de algumas características peculiares, como a pluralidade de vozes que nele existe e que lhe permite exercitar continuamente a avaliação de suas estruturas.

2 – Preenchendo os vazios da história

2.1. Narrativa Literária: alinhavando a condição do negro brasileiro

Na história dos negros brasileiros temos marcas de um passado distante, cuja realidade não pode ser resgatada completamente, pois a memória embarga e provoca condutos que deixam abertura para a imaginação surgir. Na prática social, nos registros constantes sobre a desigualdade étnica, há questões em controvérsia com a visão apresentada. Percebemos que há lacunas e no exercício de preencher vazios, de dar nome à diversidade de fatos, os narradores e as narrativas de tais ocorrências, muitas vezes silenciadas, ganham expressão. Assim, essas narrativas imprimem veracidade à literatura, posto que surgem cenas que acalentam e propiciam movimento aos tempos da História. O recheio do vazio surge na contação do que foi e no modo como as cenas foram compostas.

Para Walter Benjamin, narrar não só apresenta características que marcam pontualmente um modelo de resistência, mas evidencia uma forma de escrita em que o autor assume a postura de abraçar a parte dos desprotegidos, dos vencidos pelo poder dominante e, portanto, enfraquecidos. Ainda segundo Benjamin, há um “tempo homogêneo e vazio” que é medido pela intenção de um devir, de uma composição que falta ser feita em determinados momentos históricos:

Certamente, os adivinhos que interrogavam o tempo para saber o que ele ocultava em seu seio não o experimentavam nem como vazio nem como homogêneo. Quem tem em mente esse fato, poderá talvez ter uma idéia de como o tempo passado é vivido na rememoração: nem como vazio, nem como homogêneo (2008, p.232).

Essa premissa surge em, “Virgínius” (1864), de Machado de Assis, quando uma decorrência da vida desigual é acarretada pela miséria e pela privação de alguns direitos básicos. O cenário abre a visão de uma realidade injusta, que reproduzia domínios cuja

abrangência pertencia ao poder. Nessa narrativa, inclusive, nota-se que o patrão surge como uma figura paternal que representava a forma de dominação tradicional que recompensava a lealdade extrema, a dedicação incondicional.

Ao mencionar o convívio do filho do patrão com o empregado ex-escravo, conta que:

Carlos e Elisa viviam quase sempre juntos, naquela comunhão da infância que não conhece desigualdades nem condições. Estimavam-se deveras, a ponto de sentirem profundamente quando foi necessário a Carlos ir cursar as primeiras aulas.

Trouxe o tempo às divisões, e anos depois, quando Carlos apeou à porta da fazenda com uma carta de bacharel na algibeira, uma esponja se passara sobre a vida anterior.

(...) Carlos era homem. Conhecia as condições da vida social, e desde os primeiros gestos mostrou que abismo separava o filho do protetor da filha do protegido (ASSIS, 1997: 8-9).

Desse modo, os acontecimentos, as personagens e os variados cenários que remontam consideráveis espaços históricos surgem no universo da narrativa ficcional com grande distinção e desenvoltura. Sobre esse aspecto, a literatura produz, muitas vezes, a reconstituição de épocas passadas, traduz seu movimento, revigora os acontecimentos e figuras históricas. A liberdade imaginada faz reviver tempos diferentes do nosso, reorganizando-os a partir de uma perspectiva de época, atual na vivência do autor, presente no cotidiano, que Benjamin define como um conceito do presente como um “agora”. Na escrita de Machado e de Evaristo, reafirmamos, há a presença de eventos de um passado que são trazidos ao presente, tecendo um determinado universo e pontuando, nas entrelinhas, um contexto ideológico revivido no “agora” de nossa leitura e interpretação.

Nessa perspectiva, a narrativa que Evaristo imprime em sua escrita é marcada por grande dramaticidade, posto que a autora transpõe para a escrita as tensões do cotidiano dos que permanentemente são submetidos à violência em suas mais diversas modalidades e disfarces. Na composição do romance, Evaristo promove a denúncia social estetizadas em humilhações e ofensas. Com isso, revela pessoas sensíveis marcadas, porém, por traumas, principalmente o da exclusão, sem, todavia, abrirem mão de seus desejos, sonhos, imaginação e lembranças.

Semelhantemente, a reprodução do passado em narrativas possíveis nos leva ao encontro do pressuposto de Bhabha ao interrogar:

Como é encenada a agência histórica na exigüidade da narrativa? De que forma historicizamos o acontecimento dos desistoricizados? Se, como se diz, o passado é um país estrangeiro, o que significa então ir ao encontro de um passado que é o seu próprio país reterritorializado, ou mesmo aterrorizado por outro? (BHABHA, 2007: 275)

Assim, juntando o pensamento de Benjamin ao *corpus* literário utilizado, vemos que, no Brasil, de um modo geral, percebemos na voz de seus descendentes, movimentos que reconduzem à matriz africana. Verificamos que sempre há posturas em que denúncias ou relatos trazem a condição de vida dos afro-brasileiros, e ultimamente, acentuam posições que se apresenta confirmando um sentimento positivo de etnicidade, de pertencimento.

Retornando a Bhabha, encontramos: “Fanon sugere que “não existe apenas um negro, existem negros”. Esta, enfaticamente, não é uma celebração pós-moderna de identidades pluralistas” (2007: 329), mas um modo de trazer à tona narrativas através das quais criam-se circunstâncias que contribuem para firmar o direito à fala e, dessa forma, ocupar um lugar “dito” vazio. Corresponde, ainda, a uma outra versão do discurso social, contraposto ao discurso do poder.

Ademais, a noção de territorialidade não se refere apenas a lugares em que acontece realidade dos homens. Ela também constitui exterioridades e acarreta determinados sentidos, segundo certos princípios e fins históricos, relacionados no tempo e no espaço com aspectos do indivíduo, da família e dos povos em que há função de relações sociais conhecidas. Com isso as diferenças são contrapostas na realidade social, resultando em desigualdades que, mais uma vez, nos conduzem a Bhabha quando nos diz que

de dentro da metáfora da visão que compactua com uma metafísica ocidental do Homem, emerge o deslocamento da relação colonial. A presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental, seu passado amarrado a traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degeneração não produzirá uma história de progresso civil, um espaço para o *Socius*, seu presente, desmembrado e deslocado, não conterà a imagem de identidade que é questionada na dialética mente/corpo e resolvida na epistemologia da aparência e realidade (BHABHA, 2007: 73).

Nesse sentido, entendemos que o preconceito e o racismo marcaram e reforçaram estereótipos estabelecidos e negativos sobre o negro, no Brasil, e, conseqüentemente, a não valorização de sua cultura. Mesmo em condições de desvantagem, os negros criaram novas formas de organização de cunho social, primeiramente nos engenhos, em seguida, nos espaços urbanos, o que resultou em povoamentos. Isso facilitou os africanos e seus descendentes a

criarem uma resistência e afirmação que consolidou a manutenção da memória, das histórias, e de fincar uma raiz cultural.

No contexto dessas construções, lemos em Peter Burke que

as mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios. Isto é realmente uma reversão da perspectiva, pois acentua as ações mais insignificativas e mais localizadas, para demonstrar as lacunas e os espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas (BURKE, 1992: 155).

Mesmo com toda opressão, a cultura negra emergia de forma originária nos vazios provocados pela ordem social e ideologia da época. Por isso, para Sodré,

é preciso deixar bem claro que não se trata jamais de uma cultura negra fundadora ou originária que aqui se tenha instalado para, funcionalmente, servir de campo de resistência. Para cá vieram dispositivos culturais correspondentes às várias nações ou etnias dos escravos entre os séculos XVI e XIX. Tais culturas já conheciam mudanças no próprio continente africano em função de reorganizações territoriais e das transformações civilizatórias (substituições de antigos reinos e impérios por novos dispositivos políticos de natureza estatal), precipitadas pelas estruturas de tráfico de escravos montadas pelos europeus (SODRÉ, 1988: 123).

Buscando o preenchimento desses vazios da história, encontramos em Machado de Assis determinados contos em que o negro desponta como personagem desprovida de prestígio tanto no campo social quanto econômico. Conceição Evaristo, no romance *Ponciá Vicêncio* apresenta ações, estruturas, comportamentos, papéis e interações sociais do negro brasileiro são desvelados. Daí que

o sujeito que assume a ação de narrar o que expressam essas vozes excluídas sabe que o registro dos sofrimentos dos miseráveis expõe os cortes constantes no próprio corpo, feridas difíceis de serem cicatrizadas. Para salvar do esquecimento as histórias de vida mergulhadas na pobreza extrema e no abandono, o escritor, fazendo-se sujeito participante, assume narrar as histórias dos lugares degradados como uma forma de luta contra a miséria, deslocando “o prazer meramente contemplativo”, como diz Walter Benjamin, para uma atitude política que se concretiza na maneira como a escrita procura vasculhar as vidas dos que lutam por sobreviver em condições intensamente desfavoráveis (EVARISTO, 2006: 12).

No campo das diferenças e no estabelecimento das distâncias sociais, Machado é eficaz em situar as barreiras sociais, como no conto “Mariana”, através do seguinte diálogo:

- Não falemos nisso, nhonhô. Não se trata de amores, que eu não posso ter amores. Sou simples escrava.
- Escrava, é verdade, mas escrava quase senhora. És tratada aqui como uma filha da casa. Esqueces esses benefícios?
- Não os esqueço; mas tenho grande pena em havê-los recebido.
- Que dizes, insolente? (ASSIS, 1997:72).

Percebemos que a questão social e as múltiplas expressões reveladas de forma a desqualificar o negro dão prova de sua luta e empenho pelo reconhecimento de uma etnia e de seus valores culturais. Nas narrativas dos autores encontramos um viés combativo das imposições feitas e do passado sobreposto por sujeições. A afirmação do negro como sujeito passa pelo contexto literário que conta fatos e revela histórias carregadas de ranços e resquícios de poder.

Em Benjamin, encontramos um referencial para a narrativa que os autores citados reportam em suas obras, como nas considerações feitas sobre o narrador:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* — e esse dia é justamente o do juízo final (BENJAMIN, 2008: 223).

Assim, dentro do contexto literário afro-descendente, é necessário que o autor tenha se apropriado de sua cultura e do desenrolar da história, procurando descrevê-la de acordo com sua perspectiva. A linguagem deve ter um cunho libertador visto que, como afirma Bakhtin,

não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa. É por isso que, na enunciação viva, cada elemento contém ao mesmo tempo um sentido em outra apreciação (BAKHTIN, 1981: 57).

Em outras palavras, o que o pensador russo nos ensina é que não há informação pura, isso é, toda palavra está carregada de opinião, de significados múltiplos que se desdobra em apreciações sobre aquilo de que se fala. A escrita, como sabemos, é efetuada através de um sistema lingüístico originário de uma hegemonia cujo referencial também é cultural, de modo que a linguagem sirva para que compreendamos a natureza do texto produzido e, sobretudo, a quem ele se destina. Por isso, o africano na intenção de uma tomada de território tem, através da linguagem empregada por Machado de Assis e Conceição Evaristo, um percurso marcado

pela alteridade e pela denúncia de toda uma sorte de percalços em seu caminho. Ele busca, como enuncia Benjamin, um *continuum* de sua história apegando-se também a suas tradições e ao contexto em que elas se desenvolvem. Daí que, a questão de manter o ritmo conservando-as, é para Sodré um modo de, através da linguagem, “afirmar-se não como forma paralisante, mas como algo capaz de configurar a permanência de um paradigma negro na continuidade histórica” (SODRÉ, 1988: 56).

De acordo com valores escravocratas, o negro valia pela capacidade de seu trabalho, vivendo sob o domínio da exploração, tolhido de direitos ou garantias. Em 1888, precisamente em 11 de maio, ou seja, às vésperas da assinatura da Lei Áurea, Machado de Assis, em “Bons Dias! & Notas Semanais”, publicado na *Gazeta de Notícias*, escrevia que

não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vem cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles acolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos. Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário (ASSIS, 1997: 10 -11).

Como sabemos, a abolição não ofereceu condições dignas de vida, não franqueou acesso ao emprego, moradia decente, à educação, saúde e a inúmeros outros direitos. Daí que a veia satírica machadiana se expressa em 19 de maio de 1888, revelando a perpetuação das condições pretensamente abolidas dias antes:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...
 -Oh! Meu senhô! Fico.
 -Um ordenado pequeno, mas que há de crescer... (ASSIS, 1997:13).

Machado encerra a narrativa dizendo:

que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre,

antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu (ASSIS, 1997: 14).

Na questão posta pelo autor surge uma das problemáticas ocasionadas pela abolição dos escravos, que até aquele momento não tinham outro trabalho a não ser o braçal. Além disso, viviam em terras de seus senhores, vendo-se, de uma para outra, sem trabalho e moradia. Apesar de época apontar para novos rumos, o trabalho assalariado despontava como o mais apropriado à “nova” sociedade industrial que estava em formação no Brasil. Como mencionamos anteriormente, a extinção da escravidão não foi sucedida por meios que garantissem a sobrevivência dos antigos escravos, tampouco a posse da terra para sua fixação. Favorecidos de um lado pela Lei, mas a marginalizados por outro, a luta dos negros não findou. Apenas surgiram novos impasses para problemas antigos. A discriminação obteve perspectivas variadas e o “esquecimento” dessas questões em torno da garantia de uma sobrevivência digna aconteceu rapidamente. Marginalizados, então, sem trabalho, sem acesso aos bancos escolares, restou o refúgio nos quilombos ou em morros, originando favelas.

A partir do advento industrial, o negro, permanentemente desempregado por não possuir qualificação adequada, passou a sobreviver em serviços que exigiam mão-de-obra pesada, conseqüentemente, barata. Esse ostracismo ocorre em *Ponciá Vicêncio* através de um distanciamento social, cultural, histórico e econômico do país, visto que se observam enormes diferenças, como, por exemplo, na questão da pobreza acentuada na estrutura brasileira e, isso fica bem visível nas personagens de *Ponciá*.

Outros ecos da Lei Áurea na sociedade são reportados por Machado de Assis em 26 de junho de 1888, na *Gazeta de Notícias*, quando, em “Bons Dias!”, escreve o seguinte trecho:

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava:

- Os seus libertos ficaram todos?

- Metade. Só ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

- Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu explicando:

- Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram. O leitor assombrado:

- Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

- Não lhe importe isso. Vende-mos?

- Libertos não se vendem (ASSIS, 1997: 19).

Um pouco adiante, escreve:

- Mas, perdão, o senhor leva-os consigo? – Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo a escritura.

- Que salário pede por eles?

- Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinqüenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco (ibidem: 19-20).

Essas narrativas nas obras dos autores afro-brasileiros vão se compondo e revelando épocas vividas no Brasil, articulando-se através de variados matizes que acentuam que a exploração em relação aos escravos e ex-escravos se processa através do tempo e espaços. Esse sonho de liberdade e inclusão ecoa nas narrativas de *Ponciá Vicêncio*, a partir das pontuações machadianas citadas. Em todas há traços marcantes de opressão e, muitas vezes, o não significar como o devido no bojo social é revelado. O dominador e suas ações entrecruzam os ditos e as palavras preenchem com força os elos que a história necessita reconhecer para firmar identidades.

Nos acontecimentos em torno dessa dominação, do não reconhecimento e do papel transcendente das tradições o suporte teórico buscado em Benjamin, revela que:

a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 2008: 226).

Na *Gazeta de Notícias* de 16 de outubro de 1892, Machado de Assis apresenta um “diálogo” entre dois burros, cujas “falas”, plenas de ironia e sarcasmo retratam a situação vivida pelos escravos nas mãos do dominador. Referem-se aos trabalhos que executavam, pois seriam substituídos por bondes elétricos. Em um trecho um diz ao outro:

“- Pela burra de Balaã! Exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh, mas onde está a justiça deste mundo?” (ASSIS, 2007: 69).

Em outra menção ao dia 13 de maio, encontramos, também na *Gazeta de Notícias* de 14 de maio de 1893, o seguinte trecho:

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único delírio público que me lembra ter visto. Essas memórias atravessavam-me o espírito, enquanto os pássaros trinavam os nomes dos grandes batalhadores e vencedores, que receberam ontem nesta mesma coluna da Gazeta a merecida glorificação. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual? (ASSIS, 2007: 72)

As leituras desses autores nos fornecem a consciência de marcas tristes que se estendem aos nossos dias, ocasionadas pela escravidão e articuladas no percurso da história. Notamos que para os negros são sentimentos associados à noção de perda, do subtraído, de vazios não preenchidos. A literatura comporta ditos e narrativas de época ou contemporâneos que traduzem momentos da história. Há uma correspondência entre os fatos históricos e a situação do negro no Brasil, a perda propiciada pela barbárie da escravidão e fatos decorrentes das privações provenientes de anos de dominação.

Conforme Benjamin assinala, todos os bens culturais vistos pelo materialista histórico têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem surgir horror, nessa perspectiva, apresenta sobre a história:

Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx (BENJAMIN, 2008: 229).

2.2 Pontos passados: O negro e o poder

Como visto anteriormente, o preconceito e a discriminação foram marcantes no sentido de conduzir o negro a uma posição subalterna ocupada, historicamente, no sistema de

relações sociais que perpetuam marcas da escravidão num preconceito velado e na condição precária da maioria da população negra em nossa sociedade. Desse modo, a história do negro brasileiro carrega variadas representações de “negatividade” atribuídas por um sistema em que o dominador, seu percurso é marcado por estigmas.

Nesse sentido, partindo do princípio que os estereótipos são criados por grupos e não individualmente, vemos a consolidação de um grupo dentro de uma estrutura maior na tessitura social, na qual os grupos se afastam, imputando ao grupo rejeitado uma série de fatores indesejáveis. Na medida em que os estereótipos passam a circular e a se propagar, consolidando-se, cria-se em volta deles correntes de opinião a partir de vínculos predominantes. É, sobretudo, de fundamental importância compreender que o estereótipo nunca é neutro. Ao contrário, é forjado e está sempre espelhando situações que geram constrangimentos e conflitos na rede social.

Zilá Bernd define estereótipo como “parte de uma generalização apressada: torna-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo” (BERND, 1988:11). Em *O que é negritude* acrescenta que: “este conceito é concebido como uma tomada de consciência de uma situação de dominação e discriminação e a conseqüente reação pela busca de identidade negra” (ibid: 20).

Entretanto, Nei Lopes define o termo como um

neologismo surgido na língua francesa na década de 1930, para significar a circunstância de se pertencer a grandes coletividades africanas e afro-descendentes; a consciência de pertencer a essa coletividade e a atitude de reivindicar-se como tal; a estética projetada pelos artistas e intelectuais negros no continente de origem e na diáspora (LOPES, 2004: 472)

Aprofundando nossa pesquisa, encontramos na obra de D’Adesky a observação de que a negritude é como um anti-racismo, mas se for relacionada à ideologia do “branqueamento”, deverá ser observada como uma questão de “positivação” capaz de mostrar o valor da herança da cultura africana, da imagem desse povo enquanto uma referência étnica. Nessa perspectiva afirma que

a negritude vai além da simples identificação racial. Ela não somente é uma busca de identidade enquanto forma positiva de afirmação da personalidade, mas também um argumento político diante de uma relação de dominação.

Ela serve aos militantes como vetor entre a identidade pessoal e coletiva (D'ADESKY, 2001:140).

Kabengele Munanga resume os objetivos mais importantes quanto à negritude com base nos seguintes critérios: a questão da identidade; a luta pela emancipação e o repúdio ao ódio, significando a busca de diálogo com outras culturas (MUNANGA, 1988:43-49). Ainda em torno dessas questões, Moura afirma que a cultura negra não pode ser estudada como mera reminiscência ou memória, como um pedaço do passado cultural fossilizado. Outrossim, diz que deve ser vista “como componente de uma realidade social dinâmica e conflitante, na qual exerce uma função” (MOURA, 1983: 78).

Entendendo cultura como o legado de tradições de um povo, seus saberes, hábitos e costumes de seus antepassados, verifica-se que há singularidades sócio-culturais, novos sujeitos nas tramas das relações sociais, nas articulações sociais e, surgem, assim, elementos diferenciados, designados minorias sociais ou culturais e minorias étnicas. As questões étnicas esbarram em variados vetores sociais, muitas vezes dissimulados ou velados; discriminam-se ou restringem-se, através das tramas sociais vários direitos essenciais pertinentes aos cidadãos. Na definição de etnia, encontramos em Hall que ela é “o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhados por um povo” (HALL, 2000: 62). Nessa perspectiva, podemos considerar que raça não pode ser definida apenas como uma questão unicamente biológica, mas que passa ser entendida como instrumento social de base político e histórico.

O conceito de raça geralmente é uma definição ampla e, muitas vezes, atua no senso-comum em que a percepção e o olhar sobre as diferenças colaboram com a forma de enaltecer determinadas culturas e diferenciar outros grupos sociais. A questão étnica tem sido discutida atualmente no Brasil, inclusive, a diversidade cultural surge aliada ao debate. A formação étnico-cultural do negro é delineada por um contínuo de diálogo entre a tradição, a exclusão e a luta pela valorização da sua identidade, visto que a ideologia dominante criou dispositivos desfavoráveis para a efetivação de um reconhecimento do valor que deveria ser atribuído ao negro brasileiro.

Partilhamos o conceito de identidade étnica proposto por Castells segundo o qual essa “identidade é um processo de construção de significados, baseados em um conjunto de atributos culturais que predominam sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 1999:

22). Desse modo, a etnicidade é um importante fator que certamente consolida as questões do elemento negro nos aspectos de origem e tradição. Uma outra contribuição valiosa vem de Carneiro da Cunha, segundo a qual

a construção da identidade étnica extrai assim, da chamada tradição, elementos culturais que, sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que, fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou. Em outras palavras, a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros”, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, se encontram, por isso mesmo, carregados de sentido (CUNHA, 1986: 102).

Daí torna-se fácil chegar a Bhabha que diz que: “a própria possibilidade de contestação cultural, a habilidade de mudar a base de conhecimentos, ou de engajar-se na “guerra de posição”, demarca o estabelecimento de novas formas de sentido e estratégias de identificação” (BHABHA, 2007: 228). Sendo assim, o negro foi incorporado à sociedade brasileira que o levou à escravidão e à diáspora, como *força de trabalho escravo*. O processo de dominação acarreta várias situações complexas e trazem à tona questões que abrangem faces subjetivas, como as apontadas por Bourdieu, para quem

os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões e de sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego [geração de um ‘falso self’], a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade e estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 1999: 51).

Para os negros, um dos primeiros desafios a enfrentar foi o da superação da depreciação, da dominação e nesse estigma que a raça adquiriu o poder de sua cultura ganhou no social, plenitude. Um dos focos de resistência foi o cultivo de sua ancestralidade, pois através de elementos como a tradição oral, o negro faz reviver suas raízes através de palavras que se convertem em ação, transformando o cenário com tradições que costuram identidades e promovem estreita relação de cumplicidade entre o contador e o ouvinte. Esse ato de contar,

de dizer, faz circular palavras que foram herdadas de longe, provenientes de uma cadeia proferida pelos ancestrais; dos tambores que soam fazeres; dizeres e cantigas que dançam ao som das tradições, dos pontos bem dados de sua africanidade. As raízes vertem expondo seu poder ganhando o caminho da resistência.

Os povos africanos que aqui aportaram passaram por um processo de tradução, conceito que Hall define como “aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições” (HALL, 2000: 88).

Um desses elementos remanescente é religiosidade que também sobrevive através da tradição oral. O sincretismo percebido surge como ponto de incorporação revestida de acomodação, uma vez que os africanos e seus descendentes reorganizaram suas religiões e as mantiveram mais próximas das suas matrizes africanas. As manifestações culturais provenientes de influências banto resultam de misturas antigas, às quais foram incorporados elementos das culturas ioruba, indígena e portuguesa. Essas relações culturais, as crenças misturadas e os laços sociais originaram tradições particularizadas no tecer do cotidiano.

Nesse contexto em uma das considerações descritas por Benjamin, lemos que

nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialismo histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2000: 225).

Dessa maneira, os negros faziam tudo sob o domínio do senhor ou do feitor, eram os pés e as mãos dos senhores de engenho. As reações contra as violências sofridas dessa ordem opressora eram punidas com as mais variadas torturas; os rebeldes eram colocados no tronco e açoitados com chicote de couro. Entretanto, nunca deixaram de se rebelar contra a opressão. A história de Palmares é conhecida como forma e reduto de resistência, de modo que, para Abdias do Nascimento, “o modelo quilombista vem atuando como idéia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica”, numa “práxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política” (NASCIMENTO, 1998: 98-99).

Nessas circunstâncias, percebe-se que o negro não é mais ou também nunca tenha sido um elemento passivo, mas sim um sujeito que pode criar e agir sobre as situações apresentadas. As forças através da resistência surgiram: na música, na culinária, nos mitos, religião e crenças e o poder do negro se expande pairando nos elementos culturais e expondo raízes de uma África distante, mas presente em solo brasileiro. Nesse fator cultural vem a exuberância de um poder do negro no qual não estão ausentes a nostalgia, a ancestralidade e a valorização da difusão cultural, da multiplicidade de abrangência no campo social. Entretanto, como nos aspectos socioeconômicos, o elemento africano foi também marginalizado. Ganha vulto na literatura seus detalhes culturais, em algumas narrativas surgem, com destaque, a identificação de cunho cultural.

Bernd, diz que “a literatura negra se constrói não como um discurso da gratuidade, ou unicamente da realização estética, mas para expressar a consciência social do negro” (BERND, 1988: 53).

A literatura negra, entretanto, nos traz algumas vivências dos tradicionais *griots* africanos, verdadeiros guardiões da memória, que de aldeia em aldeia cantavam e contavam a história, reviviam as lutas, enobreciam os heróis, contavam a resistência negra contra o colonizador.

A comunidade negra brasileira perdeu gradativamente quase toda a referência das línguas africanas. Encontramos em alguns adeptos das religiões africanas, principalmente nos adeptos do candomblé, reminiscência da língua. Na literatura negra brasileira há uma expressividade oral que denota a herança das culturas africanas. A oralidade que garante a memória e repassa o vivido diante das dificuldades econômicas, discriminações sociais e as exclusões aliadas às condições étnicas.

Retornando a colocação de Bernd sobre literatura temos que

atualmente, é sem dúvida o discurso literário o espaço privilegiado da restauração da identidade, da reapropriação de territórios culturais perdidos. O fio condutor dessa literatura parece ser o desejo de reviver, nos dias de hoje, o espírito quilombola. Sentindo-se como o guia, o condutor de seu grupo, o poeta busca recuperar a rebeldia e os ideais de liberdade que outrora guiaram seus antepassados para os quilombos. A poesia nutrida dessa seiva transforma-se em um território reencontrado, onde os versos – como os atabaques, no tempo dos quilombos soam como uma convocação à (re)união (BERND, 1988, p. 50-51).

A narrativa, o discurso literário que expressam diversas realidades significantes, ao surgir abre caminho para uma perspectiva de análise através da personagem que no romance assume postura diferente, pois ganha própria voz e, uma responsabilidade social ao traçar experiências e seu destino.

Os escritos machadianos selecionados para o trabalho comportam a argúcia de um poder exercido numa sociedade patriarcal em que fica subtendido o vivido no contexto impresso e expresso, em uma sociedade escravista. Machado de Assis já se definindo em uma atividade de cronista, conta fatos. Era conhecedor das circunstâncias, do terreno em que pisava e de toda opressão em torno dos escravos. Certa vez se definiu como escritor “caramujo”. Teve grande permanência nos periódicos voltados para um público feminino, portanto de gênero, e escreveu para a liberal e abolicionista “*Gazeta de Notícias*”. Entretanto, não podemos esquecer que Machado foi um homem de seu tempo. Viveu e escreveu sobre as ocorrências e as situações em que a estratificação social imperava era obstáculo, existiam barreiras dificultando convivências e deslocando convívios e sentimentos.

Em virtude das diferenças, Machado transcrevia o sentimento de vazio que acompanha os desvalidos, além de revelar, às vezes, processo de alienação de personagem diante da opressão a que era submetida.

Recorrendo a Benjamin encontramos:

[...] O mesmo ocorre com a imagem do passado, que a história transforma em coisa sua. O passado traz consigo um índice misterioso, que o impede à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialismo histórico sabe disso. (BENJAMIN, 2008: 223)

A produção literária brasileira sempre presente nas ideologias dominantes, expressando cenas de época. Surgiam as crônicas, os contos, os romances, que contribuíram de certa maneira para a exposição de determinadas ideologias que se transformaram ao longo de anos, em mitos que merecem repercutir. Assim, segundo Bhabha,

reconstruir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isto demanda uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do “signo” no qual se possam inscrever identidades culturais. (2007, p. 240)

No romance *Ponciá Vicêncio*, de Evaristo, o irmão da protagonista resolve ir para a cidade em busca de outras condições, de viver seus sonhos e também para procurar a irmã que há muito não via. Pensava em trabalhar e juntar dinheiro. Sua partida também marca a busca de lugar, de um território. Ao chegar à cidade, Luandi, percebe que na cidade, negro tem poder, até vira soldado, como pode observar ao encontrar o soldado Nestor, que o abordou na estação de trem do centro urbano para o qual se deslocou.

Essa situação, em que se encontra Luandi, que chega à cidade sem nenhuma condição para sobreviver, pois não possuía nem o endereço da irmã, porque o havia perdido no trajeto, foi o cenário vivido e revivido pela população negra, desprovida de recursos. Na narrativa a autora apresenta sua chegada à cidade em um dia de chuva e frio. Ele possuía muita fome também. Essa condição de penúria, esse passar por privações vem margeando e perpetuando as histórias contadas em versos sobre o navio negreiro.

Pontuando os fatos na percepção histórica, encontramos em Benjamin que: “Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas”. (BENJAMIN, 2008: 224). Nessa mesma proporção, Luandi, encantado pelo poder, admirava o soldado Nestor, haveria de ser como ele. Exercer o poder, prender, bater. A força e o poder ficam também evidenciados no romance, no referencial do soldado, na busca da legalidade, mesmo quando há uma aparente fraqueza da personagem.

Os fatos descritos formam uma rede, uma trama discursiva pela qual se desenvolve e recupera a memória de uma dor que é moral, com transtornos no físico, abraçando o coletivo, e as representações de uma matriz cultural.

A literatura, como fio condutor, forneceu subsídios para revelações, pois nesse sentido, a linguagem encontra-se constituída de valores culturais e revestida dos poderes e saberes encontrados na sociedade. Desse modo a linguagem possui o poder e, é capaz de

atribuir os valores que são capazes de produzir subjetividade e dessa maneira sujeitos que produzem “estranheza” no convívio social, mas que também possuem o poder de provocar a alteridade. Todos esses aspectos, Evaristo expõe no romance *Ponciá Vicêncio*.

Nos contos e crônicas de Machado, a consciência do tempo, do discurso que convoca um olhar às diferenças sociais e, deixa registros históricos ao referenciar datas dos seus escritos. Apresentando a tradição de época, mas que transforma através do exercício da literatura, pois relata, traz os acontecimentos.

As narrativas de Evaristo causam impacto pelo teor de realidade que se retira do conteúdo dos textos na intenção de contar histórias cujas personagens percorrem um viés mítico e de tradições que transbordam no contar sem reservas. Semelhantemente, revelam a persistência de uma resistência que ganha força maior na esperança do poder de ser, em que se visualiza um devir em que os poderes da ancestralidade ecoam em vozes que reconhecem “o poder” de novos paradigmas sociais para o negro brasileiro.

Tal “devir” é inerente ao romance, gênero de que Evaristo se vale para refletir sobre seus anseios, a partir de uma “liberdade” proposta por Lukács ao afirmar que

para o romance, a ironia é essa liberdade do escritor perante Deus, a condição transcendental da objetividade da configuração. Ironia que, com dupla visão intuitiva, é capaz de vislumbrar a plenitude divina do mundo abandonado por deus; que enxerga a pátria utópica e perdida da idéia que se tornou ideal e ao mesmo tempo a apreende em seu condicionamento subjetivo-psicológico, em sua única forma de existência possível (LUKÁCS, 2007: 95).

Através de uma intrincada teia, múltiplas vozes colaboram para esse sentimento utópico de discorrer sobre o negro e para o desenvolvimento da interlocução entre a literatura e a narrativa apresentada e visitada pela História.

Nessa perspectiva, Bakhtin fundamenta que:

em cada época, em cada círculo social, em cada micro mundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras da arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem.(...)Eis porque a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros (BAKHTIN, 2003: 294).

Ao trazer conhecimentos que permitem interrogar o passado e expor acontecimentos presentes, é possível acompanhar a trajetória do narrado sobre o negro na literatura brasileira. Pode-se também obter as manifestações sociais que transcorrem no cotidiano, os feitos do poder dominante que manobrou para incorporar a esse cotidiano todo um repertório de discriminação e exclusão, de dizeres em torno do negro.

O poder das tradições africanas integrou-se ao meio social e através de um diálogo com a história abriu a possibilidade de redimensionar e redefinir seu papel, embasado em elementos culturais fortíssimos que consolidam todo um poder, permitindo que sejam (re) pensados a partir de uma abordagem histórica. É possível perceber também que os efeitos culturais representaram rupturas e isso exigiu a tecedura de novas relações no cotidiano, expondo a grandeza e extensão dos efeitos delineados pela cultura africana no solo brasileiro, como veremos a seguir.

2. 3. Costurando o Cenário Brasileiro

Retomando o fio da história, é possível perceber como as representações sociais atuam como elementos simbólicos de grande relevância em nosso cotidiano. Jodelet, discípula de Moscovici, as define do seguinte modo:

As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. É esta totalidade significativa que, em relação com a ação, encontra-se no centro da investigação científica, a qual atribui como tarefa descrevê-la, analisá-la, explicá-la em suas dimensões, formas, processos e funcionamento (JODELET, 2001: 21).

Desse modo, uma afirmação pode ser considerada expressão social sob o ponto de vista de um narrador. Quando se busca narrativas produzidas por diferentes indivíduos, é necessário perceber a época de enunciação dos fatos e as circunstâncias sociais delas decorrentes, já que, certamente o objetivo é compreender os pontos de vista coletivamente

partilhados por um grupo social e seu contexto, ou seja, as representações sociais por ele veiculadas.

A formação histórica do povo brasileiro distingue-se, por excelência, da da maioria dos países de colonização européia, tendo em vista o intenso processo de hibridismo étnico-cultural que revela riquezas de traços, costumes, tradições e histórias peculiares como advindas da escravidão, visto que, segundo Nabuco

a palavra “escravidão” (...) não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; (...) a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão submetidos (NABUCO, 1977: 60).

O que predominava nessa relação era o poder e o mando: um obedecia ao que outro mandava, de modo que qualquer sinal de insatisfação era punido com severidade característica duma estrutura de opressão, controle e exploração. Todavia, não deixava de ser, aos olhos senhoriais, uma construção paternalista, tendo como premissa a “proteção” dada aos escravos.

Karasch dimensiona a situação dos escravos e o cenário por ele descrito demonstra que

a falta de alimentação, roupas e moradias apropriadas, em combinação com os castigos, enfraqueciam-nos e preparavam-nos para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciaam na população densa do Rio Urbano. As ações intencionais ou não dos senhores contribuíam diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente as condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se rapidamente pela população escrava (KARASCH, 2000: 207).

Associando seu pensamento ao de Benjamin, vemos que o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Nele, também encontramos:

O historicismo se contenta em estabelecer um nexu causal entre vários momentos da história, mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios (BENJAMIN, 2008: 232).

No toque da história e em circunstâncias decorrentes do poder, a narrativa envolve situações de constrangimento, submissão e o lugar do sujeito nas construções relacionais envolvendo o rude trabalho. Se associado ao percurso histórico, inferimos que pai de Ponciá, quando criança e no período posterior à Lei Áurea, tinha, forçosamente, de ocupar o lugar de criado, de pajem do filho do patrão; daquele que servia de cavalo em que o menino montava até ser subjugado a abrir a boca para o sinhozinho urinar. Essa marca de subalternidade dói e cala fundo nas entranhas de quem as vive. Segundo Benjamin “em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (BENJAMIN, 2008: 224).

Como vimos, os africanos escravizados trazidos para a nossa terra eram oriundos de uma grande variedade de povos, falavam línguas variadas, possuíam organização social diferenciada, tinham religião e habilidades múltiplas. A grande maioria era originária de Angola, embora grupos bantos também povoassem de norte a sul, de leste a oeste do país, mas com predominância na região sudeste, onde são mais destacadas e presentes as marcas de sua cultura. Os iorubás, vindos da África Ocidental, eram numerosos e foram concentrados mais acentuadamente na Bahia e no Maranhão. Foram várias as maneiras de resistir à escravidão. Fugir era o recurso extremo que tinham para se livrar da escravidão.

Se considerarmos a escravidão como uma situação em que a pessoa não transita livremente nem é senhor do que vai fazer, pelo contrário, faz o que lhe ordena o seu senhor, o escravo não era visto como membro da sociedade com direitos, mas tido como ser inferior e sem direitos.

Por outro lado, Lemoine, em *Tradições da Cidade do Rio de Janeiro* (1965), que reporta a cidade do Rio de Janeiro do século XVI ao XIX, apresentava cenas como a seguinte:

A roda da batucada começou a sua chula.
 Próximo do janelão.
 Na noite de San João
 Kaláte a sinhá queimou
 Sinhá foi acudi Kaláte
 Olé- Olé
 Saia de sinhá sapecou
 Ai sim!
 Ai não!
 Não quero comê mais não
 Não quero que tu m'apanhê
 Olé- Olé
 No mato sarapantão.

Os convidados aceleraram o passo. Para ver e ouvir aquela gente estranha e submissa. Que mostravam um pouco de sua África. Escura e ignorante. A se expressar pela fala do tambor.

[...] Realmente, havia um conjunto de tambores. Batucados furiosamente pela senzala de Quissamã.

[...] Todo o negro sempre foi um apaixonado da dança. Especialmente o sudanês e o bantu. De onde o quizombe habitual de qualquer terreiro ou quintal. (LEMOINE, 1965: 207-208).

Essas relações culturais, as crenças misturadas, os dialetos criados, os laços sociais originaram tradições particularizadas no tecer do cotidiano. Cabe ressaltar importante que, apesar da construção dessas comunidades negras, havia relações singulares dessas mesmas comunidades com o grupo dominante, representado pelos senhores. Os laços de parentesco, de pertencimento a uma linhagem eram muito importantes na organização da sociedade africana. Para além de todos os símbolos que a cultura africana abriga, a importância da palavra, da oralidade é aspecto fundamental da tradição acerca dos acontecimentos passados. Os provérbios, os contos, os mitos, inclusive os de cunho religiosos, as adivinhações, etc., governam para garantir a identidade da cultura afro-brasileira.

O olhar que normalmente damos às representações antigas inclui diversos estereótipos e quase sempre vem acompanhado de um preconceito etnocêntrico advindo do poder branco que julga o que ou não “civilizado” ou um mero representante das “culturas selvagens”. Nesse sentido, Pesavento afirma que todo pensamento humano passa por articulações simbólicas, o que faz com que se constitua o imaginário numa conexão obrigatória pelo qual se formam nossas representações:

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o verdadeiro e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação de ser e parecer. (...) o imaginário enquanto representação revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente. É, pois, epifania, aparição de um mistério, de algo ausente e que se evoca pela imagem e pelo discurso. (PESSVENTO, 1995: 24).

Percebe-se, assim, que as representações nos remetem a um mundo em que significar é importante e desvendar algumas chaves são buscadas e vividas através de um viés simbólico. Segundo Guimarães,

o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada (GUIMARÃES, 2005: 16).

No tocante às questões relativas aos ditos e dizeres sobre as tradições com vista a uma “revifcação do contar”, Lemoine descreve cenas comuns à época que apontam para narrativas singelas que alimentam o mito pela manutenção do rito:

Lá embaixo perto do engenho novo. Sentado numa pedra. Em redor, escravos escutando. Um acalô contava o seu alô a respeito de uma mulher chamada Olu. Conto iorubano. Equivalente ao conto popular brasileiro. Chamado: A menina dos brincos de ouro.
Era o akpalô kpatita – aquele que faz vida ou negócio. De contar fábulas... Anunciando ele mesmo. O que ia contar. O seu alô a respeito
- Olu tinha um filho chamado Sigo. E Sigo quis ser caçador. Seu pai lhe deu um cavalo, sua mãe lhe deu um carneiro. E mandaram-no partir e caçar...
Preenchendo uma pequena pausa. Com a batida de seu tambor. A fim de não cansar a narrativa. Prosseguindo depois na sua estória singela. (LEMOINE, 1965: 210-211)

É necessário considerar os lugares constituídos pelos dizeres e seus significados, compreender o que diz a cena e a fala enunciativa. É buscar e considerar os lugares de funcionamento da língua. Tanto que, de acordo com Fiorin “as visões de mundo não se desvinculam da linguagem porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos”. (FIORIN, 2007: 33). Por isso, nas sociedades africanas, toda a vida na terra está ligada ao que vai além da razão, ao insólito, ao estranho. Objetos inanimados são considerados possuidores de força como a água, a pedra, as conchas, o ferro, as árvores de um modo geral, as flores e os frutos e, por isso, são personagens recorrentes nas narrativas.

Na esfera que concerne à orientação como agir diante das várias situações da vida, são feitas vinculações com os ancestrais, os deuses, os espíritos e outros entes sobrenaturais que habitam dimensões específicas e que só alguns iniciados poderiam e podem atingir. Daí, o grande prestígio e o respeito aos mais velhos através de concepção como a dos orixás em questões mitológicas e representações fetichistas.

As religiões africanas no Brasil influenciaram as crenças e alteraram seus ritos. Manifestações como os calundus reuniam os grupos africanos e afro-descendentes para as

reverências aos espíritos que eram capazes de curar, de orientar e de fazer a proteção de quem deles necessitasse. Temos, como intermediário entre o mundo visível e invisível, a figura do adivinho, cuja ciência se devia consultar a fim de se conhecer seus desígnios.

Como ponte entre as agruras de uma vida marcada pelo escravagismo e o mundo ancestral, Evaristo apresenta, em *Ponciá Vicêncio*, situações em que a presença do mais velho e seu saber transparecem e transcendem em conhecimentos, profetizando e espalhando as tramas míticas. A autora coloca em cena Nêngua Kainda, uma velha mulher, sábia e conhecedora das tradições, que constituía a consciência do grupo da comunidade em que vivia.

Nesse sentido o romance destaca as vivências refletidas nas dores, nas angústias de um devir inseguro, das violências caladas, silenciosas do cotidiano que as mulheres sofrem, a solidão, muitas vezes, acompanhadas que enfrentam, mas ao mesmo tempo pontua que elas partem em busca da vida, do fio de esperança que (re)vigora no tecer de um novo dia. Exibem com constância o eterno ato de erguer, de reconstruir que tanto executam na resistência tenaz do reconhecimento em todos os campos capazes de enaltecer ser humano.

Na apresentação de Nêngua Kainda, a densidade permeia o romance. E mesmo nas descrições que a autora enfatiza, surge o saber próspero de quem vem de longe:

Nêngua Kainda, falando à língua que só os mais velhos entendiam, abençoou Luandi. Falou que a mãe do rapaz estava viva e que eles se encontrariam um dia. Falou de Vicêncio também. A irmã estava na cidade, não muito longe dele. Carecia de encontrá-la urgente, acolhê-la antes que a herança se fizesse presente. (EVARISTO, 2003: 94)

Por tradição os africanos escolhiam um líder nas comunidades onde viviam. Os espíritos ancestrais, divinizados entravam em sintonia com os vivos, os ritos de iniciação eram freqüentes, havia diferentes formas de consultar os oráculos. As questões implicadas na ancestralidade, no ser velho e reverenciadas nos remetem as considerações que trazem figuras arquetípicas. Ao transgredir as leis naturais corriqueiras, o elemento transcendental surge, através de fadas, bruxos e sábios, intervindo no tecido mítico, visto que sua função é prever e prover.

Tecendo a trama e postando as tradições, Evaristo narra uma visita de Luandi, irmão de *Ponciá Vicêncio*, à Nêngua Kainda, vestido como soldado, sem, todavia, o ser, visto que o traje era emprestado, através da seguinte cena:

Depois Nêngua Kainda olhou os trajes de Luandi e deu de rir, mas com os olhos. Ria dizendo que o moço estava num caminho que não era o dele. Que estava querendo ter voz de mando, mas de que valeria mandar tanto, se sozinho? Se a voz de Luandi não fosse o eco encompridado de outras vozes-irmãs sofridas, a fala dele nem no deserto cairia. Poderia, sim, ser peia, areia nos olhos dele, chicote que ele levantaria contra os corpos dos seus (EVARISTO, 2003: 94).

Não há aí qualquer pretensão de mudar o rumo da história. Vimos que vários traços, fatos, reminiscências e tantos outros detalhes trazem para o presente a possibilidade de desenvolver saberes para se entender um povo e por isso devem ser considerados em suas especificidades. Ao discorrer sobre capacidade e conhecimento, Benjamin assinala que este é um processo essencialmente automático, percorrendo, irresistivelmente, uma trajetória em flexa ou em espiral. Cada um desses atributos é controvertido e poderia ser criticado. Mas, para ser rigorosa, “a crítica precisa ir além deles e concentrar-se no que lhes é comum” (BENJAMIN, 2008: 229).

A adivinhação é uma função importante dentre os preceitos do culto e requer percepção e sensibilidade, ligações com o universo que diz o tempo todo e, deve ser desempenhada por quem está em sintonia com ele. Na mundividência africana, as adivinhações necessitam de suportes e conhecimentos consolidados, devendo-se mencionar que existem as que têm como base mirar a água ou jogar búzios para obter vidências. Evaristo promove na narrativa o encontro de Nêngua com a mãe de Ponciá Vicêncio que resulta em predições do vivido através de espelhos do passado que ressurgem em contornos espirituais:

Nêngua Kainda fez, então, um leve e vagaroso movimento com a mão, pedindo que Maria se abaixasse. Ela obedeceu ao pedido... A voz, diluindo no tempo, soava quase como um sonho, um sussurro, mas Maria Vicêncio ainda pode decifrar o que a velha Nêngua Kainda estava dizendo. Ela dizia que o tempo já permitia e abria os caminhos para que a mãe fosse encontrar os filhos. E como derradeira fala, Nêngua abençoou com a força de seus olhos, já fechados, mas que agora mais e mais viam, a viagem que Maria Vicêncio emprenderia para buscar os filhos....Naquele momento, por um instante, o mundo inteiro pareceu se quedar. Nêngua Kainda adormecera. Um sol quente batia em sua pele negra enrugada pelas dobras dos séculos (EVARISTO, 2003: 115).

Sabemos que as religiões de origem africana auxiliaram na construção de facetas de nossa identidade cultural que resulta numa rede de solidariedade, pois algumas vezes, servem para sanar os males, viabilizar curas e oferecer conforto aos que sofrem. Daí que as casas de candomblés serviram de base, de vínculo de organização de muitas comunidades negras brasileiras. Paradoxalmente, uma série de tradições foi adotada, ao longo do tempo, até por religiões baseadas de viés cristão, como o ato de colocar alguns objetos junto ao corpo de defuntos, como espécie de amuleto. Assim, podemos fazer uma leitura bastante rica da contribuição africana à cultura brasileira, que resultou no hibridismo que caracteriza a sociedade brasileira.

De igual modo, Machado de Assis não tangencia aspectos “religiosos” ao falar da libertação dos negros. Com a ironia que lhe é peculiar, escreve, na *Gazeta de Notícias*, em 19 de maio de 1888 o seguinte:

No golpe do meio (*coupe du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu a taça de champanhe e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado (ASSIS, 2007: 51).

O apreço à liberdade e o caráter cristão da libertação, contudo, não duram muito no texto em que a fala relativa ao senhor é composta por uma série de expressões em latim e francês, tanto para caracterizar a sociedade da época, como para marcar as diferenças sociais.

Pancrácio, o escravo liberto, sem opções à mão, opta por ficar na casa do antigo patrão, em gesto de desmedido agradecimento que o faz “entrar na sala como furacão” e “jogar-se aos pés do patrão” (p. 51) em agradecimento. A sucessão de brindes e louvores a tal generosidade reforça o caráter irônico do texto veiculado, por exemplo, no “retrato a óleo a ser pintado” como pagamento para tal ato. Todavia, a sacralidade do ato é rompida quando

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos (ibidem).

Nas narrativas dos autores em tela, notamos o entrelace entre as experiências passadas, o pacto social contado, a representação do contexto e as repercussões no coletivo. O passado

surge ou em forma de herança deixada por um avô ou o caminhar dos personagens em busca de um lugar ao sol, como é o caso de Ponciá. Nos “Bons Dias!” Machadianos notamos o registro do cotidiano e os episódios que ganham história dentro de uma linha de tempo. As narrativas nos trazem os alinhavos de construção de identidades e os traços da trilha que as orientam para que haja consolidação do caminho secular percorrido e almejado de igualdade social, pelo trajeto devido: da conquista pelo reconhecimento do valor que comporta.

O resultado dessa forma de colonização estabeleceu o poder de uma classe sobre a outra, mantendo a supremacia dos que detinham os meios de produção sobre os que nada possuíam. Necessário e urgente é viabilizar a transformação dessa sociedade excludente em uma sociedade que seja capaz de proporcionar liberdade e cidadania a todos os seus integrantes. Os olhos da minoria fixam-se em um objetivo, buscam juntar todas as partes numa ação conjunta: a de colher fragmentos desse corredor cultural e com os grilhões derretidos formatar um tempo histórico em que o futuro promissor abra os braços para a igualdade. Trazendo novamente o aporte de Benjamin, que reporta Klee e seu quadro *Ângelus Novus*, encontramos a representação de

um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (BENJAMIN, 2008: 226).

As questões em torno do negro têm sido tematizadas pela literatura brasileira desde o início do advento da escravidão. Quando os primeiros cronistas escreveram sobre os escravos, consta que os primeiros escritos de fins do século XVI se caracterizavam, sobretudo, pela apresentação dos males que a escravidão proporcionava, como, mais uma vez, Rabassa enuncia:

O retrato do negro no século XIX pode ser deduzido a partir de todos esses romances históricos e polêmicos, mas é necessário que se tenha um certo cuidado ,pois é indispensável conhecer o objetivo a que o autor visa chegar, além e por trás da mera narrativa.Uma leitura cuidadosa,porém ,chega a mostrar muito bem como era a vida escrava nas plantações e também as

atitudes de pretos e brancos em relação uns aos outros e suas opiniões a respeito da escravidão (RABASSA, 1965: 95).

Machado de Assis também trouxe o escravo para este prisma literário, bem como as distâncias sociais característica de uma época de hierarquia social cerrada. Nos textos escolhidos, observamos que este autor apresentava alguma reserva quanto ao modo como as alforrias eram concedidas e o destino desses escravos após libertação. O velho bruxo intuía a vida miserável dos negros pós-libertos lançava algumas previsões quanto à história do negro brasileiro. Na cena que segue, Evaristo narra o que foi previsto anteriormente para tirar da memória e fazer surgir toda uma caminhada de luta e resistência que sabemos identificar sobre o negro no Brasil.

O que há em comum entre essas narrativas é a crítica ao regime escravocrata e da péssima imagem posta sobre o escravo que muitas vezes não só surgia em textos literários, como em crônicas, contos e jornais de cada época e mesmo pela própria história contada nos livros didáticos.

Nesse sentido, torna-se interessante resgatarmos através da literatura e as muitas sobre o negro no Brasil, com o intuito de melhor entendermos quem são essas personagens, esses atores sociais que compõem o cenário e são os responsáveis por grande e importante parcela da riqueza gerada nos domínios deste país.

3 – Entre a Letra e a Lei

3.1. Refazendo o novo

Como pudemos ver, o fio narrativo da obra de Evaristo, em *Ponciá Vicêncio* faz menção a acontecimentos que perpassam o tempo, retratando as agruras do negro desde a época da escravatura. Uma série de reminiscências reporta situações que comportam fatos históricos alusivos à escravidão no Brasil que vão da opressão ao castigo.

Nesse contexto, Machado de Assis, em uma crônica de 19 de maio de 1888, denominada “Escravo Pancrácio” conta a história da alforria de um jovem escravo que, mesmo liberto, fica à mercê do antigo senhor por absoluta falta de oportunidade e por credulamente aceitar o “convite” a ali continuar. Desse modo, a liberdade concedida “generosamente” pelo patrão numa reunião social e anunciada em um brinde à liberdade recebe aplausos dos presentes, sendo seguida, contudo, em um diálogo repleto de ironias metaforizadas nas reduções dos benefícios que seriam decorrentes da libertação. A ironia machadiana se faz presente a partir do título, ou seja, do próprio nome do escravo, visto que “pancrácio” era, na Grécia antiga, uma luta sem armas que teria sido criada por Hércules e Teseu, ou seja, heróis daquela civilização, mas que retorna, no presente enunciado, como caracterização da subalternidade e ingenuidade do recém-liberto.

Machado mostra, portanto, que, apesar de forro, o nível de privações de Pancrácio seria idêntico ao anterior à assinatura da Lei Áurea, como bem ilustra a passagem a seguir:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (ASSIS, 1999: 346).

O tom que perpassa o texto é marcado por uma espontaneidade idêntica à da contação de estórias que, como é inerente ao escritor, faz com que se situe num nível informal, próximo da oralidade. Com efeito, contar histórias é um ato inerente ao ser humano, havendo, entretanto, para sua eficácia, a necessidade de se saber sobre o que contar, uma vez que a precisão de relatar não se resume apenas aos fatos em si, mas também à situação que o envolve e suas circunstâncias. Isso provoca a imaginação, fazendo elos com a realidade atual e os tempos idos.

Nessa perspectiva Massaud Moisés diz-nos que “o ficcionista abandona a visão macroscópica do Universo em favor duma visão microscópica: não mais entender, nem reformar, mas conhecer o homem no seu “eu” subterrâneo e procurar enriquecer o leitor com o espetáculo das próprias mazelas” (MOISÉS, 199: 287). Cada romance, cada conto ou crônica torna-se passível de diversas análises, cada uma se adaptando e compondo a abordagem pretendida, pois sob novas óticas tornam possível construir diferentes realidades contidas em um mesmo texto. Acontecimentos históricos ganham novas roupagens e, às vezes, a direção do olhar desenha novas perspectivas para o fato.

Sendo assim, Machado e Evaristo apresentam textos que (re)constroem a realidade social e com isso identificamos que o que se apresenta está revestido de um panorama no qual, ao postar as personagens, a estrutura social vigente é logo revelada. Tal fato nos leva a repensar e ligar aspectos passados aos do presente.

Existe em suas dicções narrativas um ato de enunciação, quase sempre uma voz que levanta questões diante de determinadas ocorrências, destacando as mordças relativas à voz calada pelos domínios sociais; a voz abafada, o “sem dizer” dos submissos. O negro, apesar dos inúmeros sons recheados de africanidades, foi conduzido para uma terra distante, imerso em uma realidade tão diferente daquela que conhecia e por circunstâncias inauditas, passando a levar uma vida que jamais supusera existir: a de submissão e escravidão.

O elemento português, ao montar um pilar para construir a economia colonial, estava interessado na produção, na extração agrícola e mineral para o desenvolvimento do capitalismo mercantil. Como a população indígena não produzia para exceder e sim para a subsistência, era necessário criar uma economia que fizesse o excedente econômico colonial, o qual, nesse caso, poderia ser constituído através do escravismo, da exploração do homem

através do trabalho sob submissão e exploração. O negro, como escravo e sempre nessa condição, foi forçado a produzir mercadorias em escala necessária para manter a colônia e os donos do sistema de produção.

Isso nos leva a pensar as bases da teoria marxista, em que o materialismo histórico busca a explicação da história das sociedades humanas, ao longo dos tempos, através de fatos materiais, essencialmente os de caráter econômico e de origem técnica. A sociedade é comparada a um mecanismo através do qual se verifica que a infra-estrutura seria a ordem efetivada nas forças econômicas. A dialética marxista, entretanto, aponta que as leis do pensamento vigentes nesse sistema de produção correspondem às regras de uma realidade estabelecida e exercida pelo domínio. Dessa maneira, Marx nos diz que todas as sociedades anteriores se basearam na luta entre as classes opressoras e as classes oprimidas. Contudo, para que oprimir um grupo e torná-lo escravo é preciso também poder garantir-lhe, de início, situações que lhe permitam pelo menos a uma existência de partilhamento de condições pelo menos dignas. Na escravidão ocorrida no Brasil ocorreu exploração implacável, dominação senhorial, em condições, como sabemos, desumanas e distante de qualquer dignidade.

Em seus escritos, Marx apresenta o conceito de classe para discorrer sobre as sociedades humanas e a importância da diferença entre a ordem estabelecida; entre os que denomina “apropriadores”, isso é, os senhores, e os “apropriados”, os escravos, os oprimidos, narrando o embate entre as elites e o povo, esses últimos designados por Walter Benjamin como “aqueles que servem: os escravos”. Tal designação é usada normalmente para designar todos os explorados do passado, como escravos, servos, operários, etc. Na atualidade, grande parte da literatura que discute o “Manifesto Comunista”, de Marx e Engels, destaca o mundo criado pelo capital que é, sem dúvida, mais atual considerando a maior aplicabilidade, nos dias de hoje, de constatações muito maiores do que na época em que foi escrito. Sob um olhar político, Marx e Engels evoluíram através da construção de uma práxis e, assim, formularam a concepção materialista da história, concepção essa que é baseada nas relações sociais e no sistema de produção e as formas desiguais em que foram conduzidas.

Segundo Hobsbawm, a questão das transformações sociais e a produção podem ser consideradas

a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o

desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; ‘as épocas de revolução social’ em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas (HOBBSAWN, 1991: 15).

Hobsbawn refere-se ao método materialista de Marx, mas isso não significa que devemos nos ater à classificação de épocas históricas propostas por Marx, ou seja, a teoria geral do materialismo histórico requer apenas a existência de uma sucessão de modos de produção, e não a existência de modos específicos, nem que haja uma ordem pré-determinada para esta sucessão.

O homem constrói instrumentos e modos no cotidiano e com eles torna complexas as maneiras de manipular o sistema de produção que, quase sempre, estratifica os modos de sua vida social. Para atender suas necessidades vitais, o regime da propriedade privada capitalista não atende, basicamente, as necessidades dos que são marginalizados e excluídos. Tal fato faz com que o sistema, não igualitário e sim, um grande propulsor das desigualdades, produza efeitos devastadores sobre os menos favorecidos, como é o caso, da situação a que foi nos referimos nesse trabalho em torno do negro brasileiro.

Nesse sentido, encontramos em Mészáros que

o ponto de partida ontológico de Marx é o fato auto-evidente de que o homem, parte específica da *natureza* (isto é, um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras), precisa *produzir* a fim de se manter, a fim de satisfazer essas necessidades. Contudo, ele só pode satisfazer essas necessidades primitivas criando *necessariamente*, no curso de sua satisfação por meio da sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades *não-físicas*, que se tornam assim condições igualmente necessárias à satisfação de suas necessidades físicas originais. As atividades e necessidades humanas de tipo “espiritual têm, assim, sua base ontológica última na esfera da produção material como expressões específicas de intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas” (MÉSZÁROS, 2006: 79).

É importante observar que o ser que vive em condições alienadas, isto é, sem condições de provimento, ou mesmo de forma alienante, terá uma compreensão alienada de si mesmo, de seu corpo, de seu entorno. Não recebendo o que necessita para viver dignamente, o sujeito é capaz de conviver sob condições precárias, uma vez que não pode receber o que tem direito enquanto trabalhador. O escravo foi produtor de bens de capital, mas, por tal condição, não reconhecido. Lógico que com essa negação, não há como satisfazer as carências de diversas ordens, ao longo de um tempo histórico em que o elemento dominado foi capaz de

gerar grandes riquezas para os dominadores em meio a condições exíguas e de alta precariedade.

Ainda nesse sentido, Mészáros visualiza situações do contexto mencionado e afirma que

a atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento [propriedade privada] capitalista – em que ‘os homens produzem como átomos dispersos sem consciência de sua espécie’ – não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’ [coisifica] o homem e suas relações e o reduz ao estado da natureza animal. Em lugar da ‘consciência da espécie’ do homem, encontramos o culto da privacidade e uma idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com a sua própria natureza, especificamente humana. Pois a mera individualidade exige apenas *meios* para sua *subsistência*, mas não forma especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, *sociais* – de auto-realização, as quais são ao mesmo tempo manifestações adequadas da atividade vital de um [...] ‘ser genérico’” (MÉSZÁROS, 2006: 80).

Certamente, os indivíduos, nas suas atividades produtivas, segundo um padrão pré-determinado de produzir, são colocados nas relações sociais de produção e, conseqüentemente, de viés político. As relações que se processam entre proprietários de meios de produção e proprietários da força de trabalho são regidas pelo distanciamento entre suas classes sociais. Em decorrência, a estrutura social é movida pelo processo de indivíduos em ação no trabalho, na sua essência real, significando geração de bens decorrente da maneira como trabalham e produzem materialmente o capital.

Nessa relação desigual, o poder estabelecido pelo colonizador devastava, necessariamente, quaisquer possibilidades de ascensão social e limitava as esferas de sobrevivência aos mesmos grilhões de outrora. Diante dessa dependência, o negro era sujeitoado, não havia condição de se desatrelar do esteio econômico de seu senhor, como bem ilustra Machado de Assis ao discorrer sobre as desventuras de Pancrácio, a que nos referimos anteriormente.

No que toca ao negro brasileiro numa visão contemporânea e sua relação com poder e o trabalho, temos narrado em *Ponciá Vicêncio* a construção em torno da personagem Luandi, irmão da protagonista, que para a cidade se dirige, deixando o meio rural em busca de melhores condições de vida. O meio urbano torna-se um espaço de esperança na obtenção de

uma vida melhor e mais próspera, numa aparente solução para o marasmo das amarras da vida interiorana. Nesse aspecto, encontramos em Rabassa que a alusão de que

a proximidade de grandes cidades como o Rio e S. Paulo fez com que vários negros libertos abandonassem os campos e fossem para os centros urbanos, procurando novas formas de trabalho e, de uma maneira geral, indo morar numa das favelas já descritas em alguns dos romances urbanos já estudados. [...] Aquele que se dispuser a estudar o negro no sul do Brasil tem de se valer dos romancistas urbanos para uma adequada descrição dos personagens negros em número suficiente para chegar a alguma conclusão. Isso se deve a dois fatores: primeiro, um grande número de romances que preponderantemente descrevem a vida urbana e, segundo, o fato de que o elemento negro, com o passar dos anos, vem proporcionalmente decrescendo nas populações rurais (RABASSA, 1965: 351-352).

Assim, a essência da produção, da atividade do homem pode ser revelada por um processo de análise dos fatos ou conceitos que se interrelacionam com o trabalho, com a organização social, a consciência e a busca por liberdade, persistência inserida nos anseios do negro.

Ampliando nosso olhar, lemos ainda em Marx que:

na produção social de sua vida, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, *independentes de suas vontades*, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e *à qual correspondem determinadas formas de consciência social*. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003: 5).

Dessa forma, as atividades sociais não devem ser examinadas separadamente do conceito de consciência. O estudo da atividade humana necessita estar em concomitância com a relação com o processo social formulado pelos homens, visto que dela parte o foco de surgimento e funcionamento da consciência humana.

Essa consciência de ser lida socialmente e, portanto, revestida de aspectos políticos que moldam toda a busca do negro de uma identidade, de uma consciência e de um embasamento econômico que ressoe em diversos campos de sua existência. Lemoine nos serve de base para tal assertiva visto que, segundo enuncia, “a história se repete sempre... Com a abolição da escravatura. Passaríamos a um gigante deitado em berço esplêndido. No

Brasil de ontem, Pereira Barreto disse: Não é livre nem independente, quem come e se move pela mão de outrem” (LEMOINE, 1965: 214).

Por isso, no processo de repensar e refazer históricos, somos impelidos à constatação de que o negro brasileiro, escravizado e liberto por força de Lei, sempre necessitou ficar atado a “um outro”, nesse caso, ao seu senhor para sobreviver, para subsistir. Assim, tal qual lemos na *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, há a exposição, baseada no desenvolvimento das condições materiais de existir, de uma sinalização de como o devir histórico pode produzir variadas maneiras de interpretação do mundo e demonstrar a razão pela quais certas idéias são dominantes:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção *espiritual*, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles que aos quais faltam os meios de produção *espiritual*. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes de uma época (MARX, 1989: 72).

Grande parte da atividade dos escravos na economia brasileira consistia em tarefas intensas, em modo de produção exaustivo a que eram submetidos, sobretudo a grande esforço físico em suas atividades diárias, sempre ligadas ao trabalho braçal e na maioria das vezes diretamente relacionadas ao cultivo da terra, trabalho estafante e castigo impiedoso, em caso de falha.

Assim, de acordo com os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* lemos que essa relação pode ser encontrada, visto que

o homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é, como homem total. Cada uma de suas relações *humanas* com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar -, em resumo, todos os órgãos de sua individualidade, como os órgãos que são

imediatamente coletivos em sua forma, são, em seu comportamento *objetivo*, em seu *comportamento para com o objeto*, a apropriação deste. (...) A superação da propriedade privada é por isso a *emancipação* total de todos os sentidos e qualidades humanas (...). Não só os cinco sentidos, como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), em uma palavra, o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, constituem-se unicamente mediante o modo de existência do seu objeto, mediante a natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até os nossos dias. O sentido que é prisioneiro da grosseira necessidade prática tem apenas um sentido limitado (MARX, 1974: 17-18).

Ademais, nas relações senhoriais havia os escravos domésticos que exerciam grande variedade de funções. A maioria delas era relacionada mais às habilidades do que ao esforço físico propriamente dito. Em decorrência dessa escravidão, Evaristo apresenta em *Ponciá Vicêncio*, uma série de decepções. Desenrola uma desestruturação familiar provocada pelas questões relativas à pobreza, narra a presença de um senhor de escravos, dono de terras e de homens que estavam a eles subjugados a ponto de terem como marca o seu sobrenome, numa relação que os remete, mesmo depois do processo de libertação, ao prolongamento do passado escravo. Através de Ponciá, a autora dá a conhecer ao público como se organizavam no meio rural as famílias; conta-nos sobre africanidades e das raízes culturais africanas. *Ponciá Vicêncio*, legitimada pela força que o testemunho faz acontecer, mostra-se como personagem e também como porta-voz que anuncia a situação precária, mesmo após anos de abolição, das amarguras sociais da mulher negra. Sua voz, desse modo, reflete a história, fazendo emergir uma voz afro-descendente que mapeia os “lugares” destinados ao negro brasileiro.

Nesses contornos relativos à escravidão, Reis e Silva cita que

os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por um lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflito (SILVA, 2009: 7).

A literatura, de um modo geral, passou a ser de fundamental importância para complementar algumas abordagens de cunho histórico ficando caracterizada por descrever, na

maioria das vezes, com exatidão possível a realidade circundante, se aproximando das mazelas sociais que determinadas situações portavam.

Nas linhas estabelecidas para refazer o novelo de uma história do passado que atravessa os fios do presente, faz-se necessário costurar o mosaico em que a história guarda e a literatura narra. Um narrar de forma que envolve a imaginação e ao mesmo tempo nos chama para um refazer que vara o tempo ao recompor reminiscências.

Por isso, para Pesavento,

a literatura permite o acesso à sinfonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? Para além das disposições legais, ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2005: 82-83).

É, portanto, possível refazer temporalidade e aproximar obras, autores e personagens pertencentes a contextos diferenciados da história, mas que, entretanto, são retratados na obra literária. A narrativa propõe uma chamada ao diálogo capaz de articular tempos e lugares, fazendo pontes entre as mais variadas épocas. O tempo torna-se aliado ao promover fatos e deixar que se captem os efeitos de episódios, de transformações sociais e de conseqüências históricas, como por exemplo, a manutenção da desigualdade para o negro brasileiro. Por isso, “é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação)” (BENJAMIN, 2008: 200).

Desse modo, voltamos ao ponto em que iniciamos essa discussão, visto que saber narrar, para Benjamin, é o ponto primordial para descreverem-se situações. Para Jürgen Habermas, ao discorrer sobre a produção benjaminiana, lemos que o que Benjamin contesta não é apenas a emprestada normatividade de uma compreensão da história, gerada pela imitação de modelos antigos; ele luta igualmente contra as duas concepções que já no terreno da compreensão moderna da história, interceptam e neutralizam a provocação do que é novo e do que é em absoluto inesperado. Opõe-se, por um lado, à concepção de um tempo homogêneo e vazio que é preenchido pela “crença obstinada no progresso, concepção do

evolucionismo e da filosofia da história”, e opõe-se por outro lado também à “neutralização de todos os critérios levada a cabo pelo historicismo, quando tranca a história nos museus e deixa passar os acontecimentos como quem desfia lentamente as contas de um rosário” (BENJAMIN, 1990: 22).

Nessa perspectiva, as novas formas de narrar se aproximam de novos olhares que fazem com que o saber histórico não se restrinja apenas ao discurso dos vencedores, mas que leve em conta o das classes menos favorecidas.

Os relatos que constituem o passado sofrem resquícios de dominação, dessa apropriação abrangente que lança vertentes até o presente e que tem como premissa modelar, se possível, também alcançar o futuro, refazendo, assim, as distorções sociais.

3.2. Alinhando tempos: o ontem e seus entrecruzamentos no hoje

Como temos visto até o momento, as narrativas de Machado de Assis e Conceição Evaristo alinhavam, de modo singular, uma variedade de informação que, como fontes, não deixam escapar conflitos sociais, culturais e políticos. As tradições são repassadas por um fio, por uma linha que faz uma intensa trama que reestabelece o sentido de continuidade. O tecido que formata a memória continua pertinente na costura do tempo que mapeia esses acontecimentos.

Machado de Assis, ao abordar narrativas em que o negro surge como serviçal ou ao expor e abafar sentimentos, nos remete ao processo através do qual o poder é constituído por um grupo social dominante. Em Evaristo, a memória faz vir à tona o que está sempre imerso ou mesmo velado em relação às questões do negro. Por isso, retoma práticas que são inerentes à cultura africana numa construção que desperta questões subjetivas na questão da identidade.

Nesses autores pode ser identificado em comum o relato do quadro social de cada época, os dizeres sobre personagens, de modo marcante, em que se percebe uma pertinência constante quanto à submissão. Situações, circunstâncias e perspectivas são relacionadas pelos

autores em linhas que desenham, contam as lembranças que pontilham a malha social. Ambos, em suas abordagens, organizam o que Bosi denomina “fixar a pertinência dos quadros sociais, das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança” (BOSI, 1994: 64).

Na intenção de uma relação dialética entre os autores, há um distanciamento temporal e, simultaneamente, uma aproximação da idéia comum de relatar ocorrências, de deixar que registros revelem as questões escamoteadas pelo poder dominante. Ambos produziram instrumentos reveladores que formam base de mobilização de causa no presente. Embora considerando que os autores revelam virtudes diferenciadas, buscamos na afirmação de Walter Benjamin que “a diferença entre a técnica e a magia é uma variável totalmente histórica” (BENJAMIN, 2000: 94-95).

Apesar de haver diversos escritores denominados abolicionistas no século XIX, isso não significou que conferissem ou considerassem o elemento negro em igualdade ao elemento branco; todas as visíveis diferenças e desigualdades permaneciam dessa forma estabelecidas.

Diante do discurso disposto em torno da suposta superioridade do elemento branco, o dominador, Ortiz diz que “em linguagem sociológica, Simmel diria que as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito capitalista” (SIMMEL, 2003: 39). Essa perpetuação de domínio é garantida, por sua vez, por um contínuo e gradual processo social que transforma indivíduos em sujeitos compostos por um perfil ideológico que, quando são assimilados pelo sistema social, dissemina e alimenta a ideologia dominante.

A exploração do negro enquanto mão-de-obra escrava exigiu grande contingente de trabalhadores. Reunidos, falavam da grande melancolia, da saudade da África, de seus heróis, da sonhada liberdade, das mortes, das pretensões de fuga e dos mitos cultivados. Através dos mitos vinha o conhecimento que fornece as interpretações da realidade da cultura negra, na verdade a cosmovisão de um povo na sua forma de lidar e ver o mundo. Nessa perspectiva, ao discorrer sobre a cultura e os mitos, Oliveira afirma que

nos mitos negros o universo é pensado como um todo integrado; a concepção de tempo privilegia o tempo passado, o tempo dos ancestrais, e sustenta toda a noção histórica da cosmovisão africana; já a noção de pessoa é vista de modo muito singular, cada qual possuindo seu destino e

procurando aumentar a sua Força Vital, o seu axé; a Força Vital que é a energia mais importante desses povos, insufla vitalidade ao universo africano. A palavra, por sua vez, é tida como um atributo do preexistente, e por isso mesmo, promotora de realizações e transformações no mundo, veículo primordial do conhecimento. A morte, por seu turno, não significa o fim da vida, mas parte do processo cíclico da existência que tem como referência maior os ancestrais. A morte é restituição à fonte primordial da vida, a lama que está situada no orun. A família é a base da organização social. Os processos de socialização forjam coletivamente o indivíduo, fundamentando o objetivo a ser atingido socialmente: o bem-estar da comunidade. Por fim, o poder, que é vivido coletivamente, tem o objetivo de promover a comunidade e garantir a ética africana (OLIVEIRA, 2003: 220).

Paralelamente à assertiva, sabemos que o século XIX surgiu com grandes transformações que modificaram a situação social da colônia e do mundo. Na Europa, por exemplo, com a Revolução Industrial, surgiram as máquinas no sistema de produção e tal fato fez com que as relações de trabalho fossem significativamente modificadas. Esse advento gerou grandes fábricas e, de imediato, pequenos artesãos surgiram e passaram a ganhar um salário, surgindo desse modo o trabalhado assalariado.

A colônia brasileira sentiu a repercussão do fato; a vida urbana ganhou novo ritmo com a criação de fábricas, alguns estaleiros e manufaturas de tecidos. Com essas mudanças algumas mudanças e medidas começaram a ser tomadas em relação à escravidão. Determinados fatores vão contribuir futuramente para a abolição dos escravos. Na trajetória vivida pelo negro, as leis começam a se entrecruzar e novos quadros foram surgindo.

Em 1850, houve a promulgação da Lei denominada “Eusébio de Queirós”, que acabou definitivamente com o tráfico negreiro intercontinental. Isso fez com que a oferta de escravos caísse muito, pois não podiam mais ser trazidos do continente africano para o Brasil. A Promulgação da “Lei Rio Branco”, em 1871, que ficou mais conhecida como a “Lei do Ventre Livre”, estabeleceu a liberdade para os filhos de escravos nascidos depois desta data. Por volta de 1880, era notório o declínio da escravidão no nosso país; houve o aumento das alforrias, contar as fugas em massa e as grandes revoltas protagonizadas por escravos que, dessa maneira, provocavam a desorganização da produção rural.

Na linha de tempo temos assinatura da “Lei Saraiva Cotegipe”, em 1885, que popularmente ficou conhecida como “Lei dos Sexagenários”, visto que libertou os escravos com mais de 60 anos.

No Brasil, o movimento abolicionista obteve grande adesão e impulso nas zonas cafeeiras, nas quais se concentravam grande número da população escrava. O movimento ganhou vulto e as pressões fizeram com que no dia 13 de maio de 1888, fosse realizada a assinatura da “Lei Áurea”, pela Princesa Isabel.

Com ela, foram colocados nas ruas milhares de negros que, subitamente, ficaram sem teto, sem direitos assegurados e sem destino. Essas conseqüências da abolição da escravidão no Brasil, ainda hoje é um assunto que traz consigo muitas discussões, vários posicionamentos sobre a situação do negro na atualidade. Do ontem e do hoje é necessário fazer leituras variadas, que revelam traços de um domínio, de um passado histórico que ainda ressoa no presente, mostrando o desrespeito e a falta de proteção ao negro quanto às questões de reconhecimento.

Na voz narrativa de Conceição Evaristo, em *Ponciá Vicêncio*, nota-se o entrelaçamento entre as experiências passadas da personagem e a experiência coletiva de que o negro é parte atuante, mesmo que em condição desfavorável. Dela se destaca, principalmente, a figura do avô Vicêncio, o escravo que enlouquece e se mutila, após matar a esposa e tentar assassinar os filhos diante da ameaça de vê-los escravizados para o resto da vida. Há entre Ponciá e o avô grandes semelhanças que se perpetua através da herança por ele deixada. As idas e vindas à procura da família Vicêncio também nos remetem a esse sentido de tempo passado, que não deixa de encarnar cenas atuais de uma intensa busca por um sentido integral de pertencimento. Essa busca une tempos através de uma peregrinação que Evaristo expressa ao criar um paralelo entre os muitos navios negreiros que partiram da África e do passado e o trem que, na contemporaneidade, leva Ponciá à cidade, numa marca eficaz da diáspora africana.

Essa metáfora alude ao sentimento de fragilidade que também encontramos no presente, pois quando a personagem chega à estação não encontra ninguém esperando por ela, tendo, assim, de contar consigo mesma. A ida para uma igreja em busca de abrigo, já na primeira noite na cidade, remete a um estado de dependência senhorial que se mostra ineficaz ao não lhe dar alternativa que a de passá-la na rua, ao relento. Outros traços de sua trajetória exacerbam a subalternidade, como o emprego na casa de uma senhora, de modo que a pobreza permanece como tônica e nela o negro vê-se despojado de toda a herança possível em seu

continente natal para ser submetido a um universo extremamente hostil que não lhe reconhece como sujeito.

Lemos em Stuart Hall que identidade e diferença estão inextricavelmente articuladas ou entrelaçadas em identidades diferentes, uma nunca anulando completamente a outra (2000: 86-87). É, pois, na relação articulada do narrador com a realidade que lemos essa e outras histórias possíveis. Em seu romance, Evaristo articula alteridades culturais, abrindo a possibilidade de ao longo de seu itinerário reconfigurar uma realidade estagnada e viabilizar um lugar na memória e na história. Nessa rearticulação de temporalidades vê-se postura semelhante à assumida por Machado ao descrever, em 14 de maio de 1893, um cenário comemorativo da Lei Áurea que registra o cotidiano e suas vivências.

Nos contos e crônicas de Machado, bem como no romance de Evaristo, evidencia-se um cruzamento de dizeres, de situações e certos enigmas que não são plenamente lidos na ordem social por estarem sobrepostos ou velados. Entretanto, eles não são deixados de lado pelos autores que constroem suas narrativas a partir de indagações, fazendo valer o que afirma Benjamin: “assim, seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.” (2008:205)

Ainda nessa perspectiva, Bhabha retoma as premissas críticas de Hall ao dizer que

esses momentos de ancoragem são reavaliados como uma forma de anterioridade – um antes que não tem a priori(dade) – cuja causalidade é eficaz porque retorna para deslocar o presente, para torná-lo disjuntivo. Este tipo de temporalidade disjuntiva é da maior importância para a política da diferença cultural. Ela cria um tempo de significação para a inscrição da incomensurabilidade cultural, no qual as diferenças não podem ser negadas ou totalizadas porque “ocupam de algum modo o mesmo espaço” (BHABHA, 1998: 247).

Alinhando esses retalhos e adentrando um universo que transpassa condições de tempo, apenas pontuando o momento histórico e literário a que as obras de Machado e Evaristo pertencem, refaz-se o discurso depreciador que a sociedade constrói em torno do negro. Embora o fato seja firmemente negado pela sociedade brasileira, autores afro-descendentes apontam e revelam o que é sistematicamente negado, como Luiza Lobo, para quem

um dos aspectos primordiais que define a literatura negra, muito embora não seja um elemento norteador, em geral, dos estudos sobre o assunto, é o fato de a literatura negra do Brasil – ou afro-brasileira – ter surgido quando o negro passa de objeto a sujeito dessa literatura e cria sua própria história; quando o negro, geralmente visto de forma estereotipada, deixa de ser tema para autores brancos e passa a criar sua própria *escritura*” (LOBO, 1993: 222).

No passado ou no presente, as linhas traçadas, o que a história contém, o que os autores de um modo geral, apresentam encontra-se contido no que Benjamin apresenta ao aperceber-se de que “o narrador mantém sua fidelidade a essa época, e seu olhar não se desvia do relógio diante do qual desfila a procissão das criaturas” (BENJAMIN, 2000: 210). Nesse universo, obras literárias, de um modo geral, contribuem de forma muito eficaz para expor e proporcionar uma aprendizagem significativa. Entretanto, nos livros que circulam no contexto escolar, o negro bem como seu referencial histórico e a descrição exata da dimensão de sua cultura, praticamente não existem. Dessa maneira, sua ausência e a apresentação de sua marginalização produzem uma realidade extremamente preconceituosa nas relações de ordem social e tal fato certamente contribui para a manutenção de uma ordem racial desigual.

Surge, com isso, a importância de construir um espaço escolar que constitua saberes específicos, que exponha corretamente nossa formação cultural, os fatos históricos e as conseqüências sociais existentes e que, certamente também repercutem nele. Os processos educativos que ocorrem na esfera escolar, de certo modo, são construtores de dinâmicas voltadas para a socialização da cultura. Vários autores fazem colocações sobre a escola no sentido de que ela pode tanto reproduzir como produzir os saberes vigentes. Ao reproduzi-los, reafirma o discurso dominante, mas quando produz algo diferente, utiliza-se outro referencial.

Nessa direção, podemos dizer que educação desenvolve processos socializadores que apontam para a perspectiva de que se formem agentes com visão de defesa e de proteção dos direitos humanos. É necessário o desenvolvimento de posturas construídas na crítica e na reflexão para que não se reproduzam a dominação, tampouco a hegemonia de uns sobre outros. Na troca social, nas vozes e na relação dialética entre os diferentes segmentos sociais se revela a importância de uma construção coletiva, que busque a possibilidade do surgimento de uma nova vida de concepção social mais democrática capaz de reverter a desigualdade social e a dominação que vigoram. Segundo o pressuposto de Marx é a vida que faz a consciência, pois através da reprodução da ideologia dominante no presente, o despertar de consciência esbarra em uma série de dificuldades.

3.3. Linha de Tempo: negro do poder ao poder

Diante das questões abertas sobre o negro e as dificuldades sociais vivenciadas, destaca-se a dificuldade também no que se refere à escolarização, visto que sua participação nesse processo sempre lhe foi negada. No período da abolição da escravatura, isso é, no final do Império, houve um debate sobre seu acesso à educação, como pontua Menezes e Filho: “aos libertos ou livres descendentes de escravos que tivessem como prover sua subsistência, era possível a matrícula na escola pública” (2007:19)

Com efeito, no final do Império, alguns poucos negros libertos tiveram acesso aos espaços escolares, porém de maneira precária e modo limitado. Contribuiu para isso a omissão por parte do Governo e seu descuido com a questão. Esse déficit educacional se estabeleceu como legado para os descendentes de africanos e, dessa forma, fica caracterizada mais uma faceta de uma desigualdade histórica que, por sinal, afligia também os brancos de classe social inferior.

Nessa perspectiva, Queiroz afirma que

qualquer que seja o âmbito e a dimensão observados, negros e brancos estão desigualmente situados com relação ao acesso às oportunidades. É assim no mercado de trabalho, na educação e em qualquer outro espaço da vida brasileira. A herança da escravidão tem sido invocada como argumento para justificar a situação presente de desvantagem da população negra. No entanto, este argumento revela-se frágil diante do longo tempo decorrido desde a extinção do trabalho escravo. A fragilidade dessa explicação se evidencia quando se observa que as precárias condições econômicas dos negros na pós-abolição, não diferiam muito daquela dos grupos de trabalhadores estrangeiros brancos que chegaram ao Brasil. Hoje, boa parte da elite econômica, política e intelectual do país é oriunda desses grupos de imigrante pobres, enquanto que a situação da maioria da população negra manteve-se quase que inalterada. Assim, não há como explicar as precárias condições de existência dos negros hoje, e não ser pelo efeito devastador do racismo (QUEIROZ, 2002:15).

Na história da educação brasileira há considerações sobre as experiências relativas à educação de uma elite eminentemente branca ou da classe média branca para as quais o sistema oficial de educação brasileira foi projetado. Essa questão é abordada por Conceição

Evaristo em seu romance na passagem a seguir, à qual já nos referimos anteriormente, mas à qual retomamos dando o impacto narrativo proporcionado:

Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço se certificou de que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber de branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber (EVARISTO, 2003: 18).

Tal qual o pai da protagonista do romance, cujo acesso ao saber foi interdito, vemos que em nossa sociedade a instituição escola é fortemente associada à cultura e a questões pertinentes às classes mais abastadas, de modo que valores e atitudes passados pela escola reproduzem também o modelo do poder dominante. É, portanto, uma instituição seletiva, fruto da visão de mundo de um grupo social privilegiado, o que significa que as culturas de diferentes grupos sociais sejam marginalizadas e excluídas do processo de escolarização. Assim, a tradição de cultura hegemônica mantém afastados determinados grupos, excluindo, dentre eles, a história dos negros e sua cultura.

Na escola, o poder é dissimulado. Segundo Bourdieu e Passeron, é um “poder invisível que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele se submetem ou mesmo que o exercem” (1982: 31). Em sua trajetória, o negro vem sendo exposto a procedimentos discriminatórios, preconceitos e racismo que se assemelham ao modo como o progenitor de Ponciá fora tratado pelo sinhozinho. Eles ainda estão presentes no meio escolar e, dentre os vários desajustes desencadeados, podem influir para baixa auto-estima que pode, inclusive, resultar numa violência simbólica que contribui para a construção de uma identidade racial negativa. Tais modos geram mecanismos que se revelam em expressões faladas, mas podem constar de silêncios, de não-ditos, da disposição de invisibilidade e, mesmo resultar em omissão de um tratamento que seja positivo ou meritório nas questões referentes aos negros.

O cenário aponta que a discriminação que se faz às minorias se reflete na escola e na maioria das vezes, os educadores são os responsáveis por seus desdobramentos. Nesse sentido, Bourdieu afirma que

os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico

desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões e de sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego [geração de um ‘falso self’], a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade e estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 1999: 51).

A sociedade encara a educação numa perspectiva de conjuntura sistêmica e, dessa forma, em escala de promoção do social, a coloca tanto quanto um direito como um dever. As intervenções de poder são vistas com naturalidade e assumidas de diferentes formas pelos cidadãos, geralmente na convicção de que é necessário “moldar” através da escola. Entretanto, numa sociedade democrática, a educação deve ser adquirida em um espaço que privilegie a participação igualitária no processo educativo, em que o diálogo e o consenso sejam marcos prioritário. Para tanto, valemo-nos da definição de Brandão:

[...] Porque o seu exercício modela não um homem abstrato, sonho dos poetas, mas o cidadão maduro para o serviço à comunidade, projeto do político. A "obra de arte" da “Paidéia” é a pessoa plenamente madura – como cidadão, como militar, como político – posta a serviço dos interesses da cidade-comunidade. Assim, o ideal da educação é reproduzir uma ordem social idealmente concebida como perfeita e necessária, através da transmissão, de geração a geração, das crenças, valores e habilidades que tornavam um homem tão mais perfeito quanto mais preparado para viver a cidade a que servia (BRANDÃO, 1985: 43-4).

Com vistas à construção do ser através da educação, Evaristo e Machado revelam através de seus textos a desigualdade que se verificava no campo educacional entre os filhos dos senhores que, sempre formados na Europa, voltavam “bacharéis” em flagrante oposição aos escravos e seus descendentes. Dessa maneira, em “Mariana” (1871), Machado pontua uma fala de Coutinho sobre a mulatinha ao enunciar que “sua educação não fora tão completa como a de minhas irmãs; contudo, Mariana sabia mais do que outras mulheres em igual caso” (2007: 112). Através dessa construção sobre a educação, o autor passa que a idéia de que a igualdade sofre grandes restrições quando se trata da formação de indivíduos. É evidente que fica subtendida a importância que a educação tem para a manutenção da liberdade e o vislumbre de novos rumos. Há a impossibilidade de o processo educativo não estar ligado à

construção de cidadania plena, e nesse sentido, a educação ganha uma grande relevância em seus aspectos políticos. Entretanto, esse panorama de igualdade educacional reverte no processo social, tornando-se totalmente inviabilizado por parte de uma mentalidade advinda da burguesia dominante.

Nessa perspectiva, a condução histórica nos leva ao entendimento de que o dominador retirou também do negro o poder de “poder” freqüentar os bancos escolares, pois seus braços atingem sobremaneira a instituição escola. Isso a revela uma instituição infiltrada por relações hierarquizantes cujos domínios se refletem nas questões culturais e nos saberes que a sustentam.

A luta desempenhada para ter acesso ao saber a fim de alcançar o direito de freqüentar o espaço escolar construiu ao longo de nossa história uma questão política fundamental, pois a elaboração de uma forma crítica do saber amplia a possibilidade de disputa pelos espaços dominados pela elite. As manifestações que originam a discriminação racial na escola resultam, por essa razão, num quadro de agressões de ordem material, simbólica, de caráter não só físico, mas moral e até de ordem psíquica.

Sob esse olhar, Rocha e Trindade afirmam que

a questão do racismo deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. Não nascemos racistas, mas nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e de coisificação dos povos africanos (2006: 56).

Ao assumir um papel dinâmico e democrático, a escola alarga a possibilidade de participação de segmentos sociais subalternizados. Abre, inclusive, em seu interior, um campo para a reflexão de suas práticas, pois de acordo com Cavalleiro,

diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para inferiorização daquele (a) aluno (a) identificado (a) como negro(a). Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos (as) negros (as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias (2006:20).

Caberia às forças democráticas reunidas no contexto social a responsabilidade de procurar os caminhos, meios e instrumentos que rompam com o quadro atual, em que a elite

dominante conta com uma escola que ainda reproduz o cenário de poder vigente. Importante também é considerar que a desigualdade para os negros comporta historicamente a questão da origem, da etnia, da situação de escravizados e do racismo conservado em nossa sociedade. Encontramos as diferenças socioeconômicas nos censos populacionais existentes no país e neles os indicadores sempre apontam os negros e pardos como pobres, o que não altera historicamente a pirâmide social brasileira, mas aponta para determinadas posturas em relação a grupos étnicos, o que de forma velada ou explícita acarreta várias situações de racismo.

Nesse referencial de etnia, Munanga conceitua o termo dizendo que:

uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum; uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território (MUNANGA, 1999: 35).

Dessa maneira, a formação da etnia no Brasil é produzida pela história da escravidão e do sistema econômico, no caso, o capitalista que produz desigualdades sociais. Em nosso país, a questão do racismo quase sempre vem atrelada à inferioridade, ao menosprezo em relação ao negro, segundo valores de ideologia dominante.

Munanga define o racismo como

uma ideologia essencialista, que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas, que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais (MUNANGA, 1999: 25).

Com os valores oriundos do poder dominante circulando majoritariamente na sociedade, várias questões afetam convívio social em relação às diferenças estabelecidas, à discriminação étnica que estigmatiza e sempre desqualifica o indivíduo ou o grupo em relação a outro tido como superior. Somos circundados em nosso cotidiano por equívocos conceituais que tentam atenuar as circunstâncias acerca do preconceito, da discriminação e do racismo estabelecidos contra a população negra. Sobretudo, temos que considerar que as relações étnicas são, basicamente, um tema que surgiu há pouco tempo nas construções em torno da educação no Brasil e, por isso, tem de ser discutida exaustivamente.

A Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Título I, “Da

Educação”, propõe em seu Art. 1º que: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Esse texto mostra que é essencial que o processo de aprendizagem abranja estudos sobre os que são considerados “diferentes” no contexto social brasileiro, a fim de entendê-los em suas complexidades, de modo que as relações sociais ganhem significações e releituras no sentido de uma integração entre seus componentes. A valorização da diferença precisa ser reconhecida para se afirmar de forma positiva para que o modo singular ou plural dos indivíduos e de sua cultura tenha um olhar de entendimento e de aceitação.

Respeitar uma cultura é conceder-lhe dignidade a partir de uma compreensão histórica e social. Essa é a razão por que, no dia 09 de janeiro de 2003, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e o Ministro da Educação, Cristóvan Buarque assinaram a Lei 10639, que faz alterar alguns dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394 de 1996 – LDB. A referida Lei tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das redes pública e particular do país. Toda a discussão que desencadeou na Lei 10.639 versou sobre a constatada desigualdade social e também educacional, o verificado e reconhecido preconceito e discriminação que circulam na sociedade brasileira contra o negro. Assim, essa Lei, como parte de um conjunto elaborado de medidas e ações, tem como preceito, de acordo com seu texto, “corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro”.

Faz-se, contudo, necessário registrar que além da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africanas, faz-se necessário um estudo sistematizado de outras orientações que desencadeiam, por exemplo, a elaboração dos currículos nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. São elas que aguçam a ampliação de um olhar mais amplo sobre a educação, visto que, segundo Apple: “o currículo é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo” (APPLE, 2000:53).

Nesse sentido, considerando o currículo-matriz que rege o conhecimento escolar é parte integrante de sua organização, torna-se importante saber quem participa de sua elaboração, quem o transmite e de que forma, pois não há dúvida de que ele é um instrumento

que serve ao poder dominante e, como tal, é também capaz de subordinar e reproduzir ações na sociedade. Isso faz concluir que o currículo constitui poder, pois demanda ações, decisões que emanam de “altas camadas” da estratificação social.

Nessa conjugação entre lei e poder instituído, encontramos em Apple, o seguinte:

sempre há, então, uma política do conhecimento oficial, uma política que traduz o conflito entre o que alguns consideram simplesmente como descrições neutras do mundo e o que os outros vêem como concepções de elite que dão poder a alguns grupos enquanto o tiram de outros (APPLE, 2000: 54).

Com efeito, Apple nos mostra que é no referencial da política de conhecimento que reporta exclusivamente o oficial que é, significativa e majoritariamente, concepções de elite que são formuladas as normas de um poder estabelecido e legitimado. Dessa maneira, é necessário um esforço amplo e árduo para que cheguemos à conceituação ampla de Forquin ao definir a “educação”:

no sentido amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. Devido ao fato de que este conteúdo parece irreduzível ao que há de particular e de contingente na experiência subjetiva ou intersubjetiva imediata, constituindo antes, a moldura, o suporte e a forma de toda experiência individual possível, devido, então, a que este conteúdo que se transmite na educação é sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura (FORQUIN, 1993:10).

Tomando por base as conceituações do autor, há de se transformar a escola e colocá-la voltada para o sentido de uma transformação social. Sabemos que não é suficiente alterar os conteúdos, os preceitos nela ensinados, é preciso mudar o perfil da escola, renovar as suas práticas e também sua estrutura, sua organização e forma de funcionamento, tornando-a coerente para administrar os novos objetivos propostos em Lei. Reformular o modelo que se considera a formação de cidadãos no contexto contemporâneo, como seres receptivos as diferenças, as adversidades e suficientemente construídos para a divisão igualitária dos bens produzidos socialmente.

Considerando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana, é preciso que a prática curricular se constitua algo eficaz na transmissão cultural de valores e conhecimentos e que seja, como é proposto, um processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida.

É com o pensamento nas narrativas machadianas e no livro de Evaristo que distinguimos o que Fiorin aponta ao afirmar que “o todo é a interação das diversas consciências numa justaposição, num contraponto, numa simultaneidade. O romance não mostra a verdade de uma voz, mas a própria interação delas” (FIORIN, 2006: 82). Se as diversas vozes do social repensarem o lugar da escola, seu significado, o papel de seus agentes, a execução do currículo e sua proposta na construção de uma educação intercultural, o todo, naturalmente, concorrerá para uma relação que se imponha entre cultura e a cultura que a escola dispõe em seu interior. Se for selecionado o que se quer de desempenho sobre o que a escola tem dado às culturas diversas, às diferenças presentes nas sociedades, às concepções educativas e o papel que o professor tem no desenvolvimento do currículo e no que ele atende à diversidade veremos uma melhoria inigualável na qualidade de nosso ensino. Se, por fim a escola for capaz de ressignificar as potencialidades da educação intercultural na percepção das diferenças e no convívio harmônico estaremos, sobremaneira, favorecendo a proposta de uma educação para todos e verdadeiramente inclusiva.

Que todos possam participar igualitariamente na apropriação da educação e de bens materiais socialmente criados para que, segundo o que diz Gentili, "o monopólio do conhecimento, no capitalismo histórico, suponha a crescente e progressiva distribuição, produção e reprodução da ignorância para as maiorias excluídas" (GENTILI, 1994: 137).

Com base no disposto na Lei 10.639/2003, é necessário um investimento na formação continuada dos profissionais de educação, principalmente os das disciplinas citadas na Lei (Literatura, História e Artes) para uma atuação adequada quanto à questão. Aliás, para além dessa Lei, estaremos satisfazendo também a de nº 11.645, de 10 de Março de 2008 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Como vemos, a escola tem de pautar ações afirmativas, considerar sobremaneira as diferenças em seus diferentes e variados aspectos sobre os alunos negros e outras minorias. Todavia, é necessário perceber até que ponto estas propostas oficiais são capazes de percorrer o cotidiano escolar e suas perspectivas, no sentido de verificar as maneiras como ocorrem as discriminações e, efetivamente, operacionalizar o enfrentamento do racismo, evitando estigmas e menosprezo dispensado a alunos das respectivas etnias.

A linha de tempo revela que o negro possui diversas Leis entremeadas à sua trajetória, tendo como ápice a Lei Áurea e sua conseqüente “libertação”. Esperamos que a de 2003 seja capaz de dar conta dos emaranhados e lacunas produzidos no tecido social ao, sobretudo, fincar suas amarras na educação básica. Assim, a aprendizagem efetiva sobre o “outro”, sua história e sua cultura farão da escola uma instituição repleta de verdadeiros poderes e saberes.

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho pudemos ver como fios de um passado tecem o presente do negro brasileiro através de espelhamentos entre história e ficção, ou seja, de crônicas e contos de Machado de Assis e do romance de Conceição Evaristo. Neles, o negro surge em posição subalterna, sempre “coisificado” e destituído de sentimentos e de emoções. Tanto um quanto outro escritor alcança as complexidades da realidade vivida por ele, descortinando através de seus textos alguns de seus infortúnios.

Foi constatado que o poder tece redes ao redor do negro, sujeitando-o ao longo do seu percurso, isso é, seu passado e presente são marcados por tempo, espaço e circunstâncias desfavoráveis. Sua liberdade se deu por força de Lei Áurea, ou seja, sob ação de um poder constituído que, entretanto, atendeu a interesses hegemônicos que não incluíam o negro enquanto sujeito, mas sim circunstâncias decorrentes do trabalho a que fora forçado. Sua condição de escravo submeteu-o ao poder senhorial, que lhe explorou os braços, mas negou-lhe o “poder” da intelectualidade, de um saber que o pusesse em pé de igualdade a seus senhores. Podado, com isso, de princípios e valores inerentes à dignidade e aquisição de cidadania plena entendida aqui em sua dimensão histórica, o negro brasileiro vem trilhando caminhos árduos para confrontar o poder instituído que lhe é hostil. Desse modo, o acesso à cidadania possui ainda uma dimensão histórico-social, pois nela estão contidos e incorporados todos os valores e significados do tempo social de um povo. Entretanto, a escola que abriga o poder da Lei, se fecha em poderes, como diz Foucault, uma vez que

a distribuição dos corpos, a orientação dos olhares, a hierarquização das superfícies, as portas fechadas ou abertas, os espaços proibidos e sagrados, a visibilidade, a exposição permanente, a falta de privacidade, a impossibilidade de recolhimento, o olhar constante, a vigilância contínua são todas formas de exercício do poder (FOUCAULT, 1987: 149)

Muitas questões relativas à conquista da cidadania se fazem também presentes, pois é forte o nexos que existe entre educação e cidadania.

Considerando aspectos históricos, lemos no *Manifesto Comunista* de 1848, de Marx e Engels que o Estado moderno é definido como "executivo da burguesia", com o objetivo de

prover os negócios comuns dessa classe e impor seus interesses às demais, através da violência e da opressão.

Nesse sentido, Ferreira nos faz recordar que “a marginalidade, assim como a cidadania, resulta das sociedades de classes, é um fenômeno que revela as relações perversas do modo de produção capitalista, cuja racionalidade funciona com base no binômio inclusão/exclusão (FERREIRA, 1993, p.161).

Ainda conduzidos pela Lei, pudemos ver que a força da de número 10639/2003, a ser aplicada na instituição escola, tenta democratizar o percurso dos afro-descendentes, fazendo com que o poder dominante atue cotidianamente no interior da escola, atrelando conhecimento sobre sua trajetória ao currículo escolar que, como também pudemos ver, é uma das expressões dos poderes dominantes. A Lei entrou em vigor, mas para ser objetivada é entremeadada por fios conduzidos pelo poder dominante: Lei, Instituição Escola, Currículo Escolar.

Ao valermo-nos de espelhamentos da história na ficção tentamos trazer à tona uma série de descompassos do negro. Machado de Assis, um mestiço injustamente acusado de não lutar em prol de seus antepassados é bastante eficaz na crítica aos poderes dominantes. Muito embora as personagens negras não sejam dominantes em seus textos – razão da crítica referida acima –, ele não deixa de lado os aspectos risíveis e grotescos de uma burguesia mantenedora do *status* escravagista. Assim, nas entrelinhas de seus textos lêem-se os percalços de personagens que são emblemáticas de sua sociedade ao serem capazes de representar todo o estigma atribuído ao negro no Brasil.

Em *Ponciá Vicêncio*, Conceição Evaristo reproduz as condições descritas por Machado. O romance revela as tensões entre as forças sociais e a busca pela identidade que a literatura reconstrói através de uma (re)visão de mundo. Nela, o narrador questiona, compõe, recompõe, buscando sensibilização, trazendo lembranças e colocando-as às margens do “agora”, para, assim, tecer nitidamente construção social e os fios impressos em nossa cultura.

Autores como Benjamin se repetem pela significação distinta, voz que se alarga pela acumulação de sentido, recompondo o fiar, vindo do passado ao presente na busca do triunfo sobre domínios, sobre totalidades e na intenção de circularidade de poderes:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas (BENJAMIN, 2008:223-224)

Desse modo, chegamos ao fim desse trabalho e esperamos que nossa experiência à frente de um trabalho exercido em um órgão do governo contribua significativamente para uma nova forma de reflexão sobre aspectos da história do negro e os fios do poder que constroem redes de dominação.

A desigualdade, a pensada liberdade, muitas vezes adquire outros recortes e avanços. Entretanto, o dominador encontra recursos e instrumentos para abrir suas asas em determinados redutos nos quais dispõe de hegemonia e com essa supremacia colocar entraves ao desenvolvimento de benesses e à aquisição de saberes nos contextos social, político e cultural.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael Whitman. **Política Cultural e Educação**. (Tradução de Maria José do Amaral Ferreira). São Paulo: Cortez, 2000.
- ASSIS, Machado. **Escritos avulsos I**. São Paulo: Globo, 1997.
- _____. **Memorial de Aires**. Rio de Janeiro: Garnier, 1988.
- _____. **Pai contra Mãe**. *In*: Relíquias de Casa Velha. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAKHTIN, Mikail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. (Tradução de Sérgio Paulo Rouanet). São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. (Tradução de Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BERND, Zilá. **O que é negritude?** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Oeiras, Portugal: Celta, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2.ed. (Tradução de Reynaldo Bairão). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** 15ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, Senado, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação, 1997.

_____. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, v 1.

BURKE, Peter. **A história como memória social - O mundo como teatro**. Lisboa: Difel, 1992.

CAMPOS, Adriana Pereira (Org). **Da África ao Brasil**. Vitória: Flor & Cultura, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores Civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista. *In: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

CHAUÍ, Marilena. “Os trabalhos da memória”. *In: BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade*. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 1994

_____. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1993.

COSTA E SILVA, Alberto. “Imagens da África”. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, nº 2, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo, racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afrodescendente**. 2. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2007.

_____. **O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo**. Estudos Feministas, v. 14, nº1, janeiro-abril. Florianópolis, 2006.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2003.

FERREIRA, Elizabeth. F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Jonatas.; AMARAL, Aécio. “Memória eletrônica e desterritorialização”. *In: Política & Sociedade*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, abril. Florianópolis: 2004

FERREIRA, Nilda. **Cidadania: uma questão para a educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth. S. **Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: percurso da memória e outros trânsitos**. Belo Horizonte: O Lutador, 2008.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. (Organização e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FREDERICO, Celso. **Luckács - um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987 [1.ed.1943].

_____. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992.

_____. **O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. (Série Pesquisa em Educação, v.1)

GENTILI, Pablo. **Poder económico, ideología y educación**. Buenos Aires: Flacso, 1994.

GIDDENS, Anthony. **Conversa com Anthony Giddens – O Sentido da Modernidade**. Rio de Janeiro, FGV: 2000.

GOMES, Nilma Lino & AMÂNCIO; Iris Maria Costa. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. (Tradução de Ana Maria Bernardo; José Rui Meireles Pereira. Lisboa: Don Quixote, 1990

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” *In*: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. “Introdução”. *In*: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORTA, BRANT. **Análise Literária e Noções de Literatura**, Rio de Janeiro: J. R. de Oliveira & C, 1942.

JODELET, Denise. “Representações Sociais: um domínio em expansão”. *In*: _____. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 - 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 1993.

LEMOINE, Carmen Nícias. **Tradições da Cidade do Rio de Janeiro do século 16 ao 19**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965. (v.2)

LOBO, Luisa. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUKÁCS, George. **A Teoria do romance**. (Tradução de José Marcos de Macedo). São Paulo: Duas cidades / Editora 34, 2007.

MARTINS, Roseli Figueiredo; MUNHOZ, Maria Leticia Puglisi. **Professora, quero brincar com aquela negrinha!** São Paulo: Nove & Dez Criação e Arte, 2007. (Coleção Percepções da diferença entre negros e brancos na escola. v.5)

MARX, Karl. **Obras escolhidas**. Tradução Leandro Konder. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção “Os Pensadores”).

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alimentação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEMMI, Albert **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de & FILHO, Juvino Alves dos Santos. “A pós-abolição na Bahia: memória à construção da vida”. *In*: NASCIMENTO, A.D. & HRTKOWSKI, T. (Orgs.). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOISÉS, Massaud. **A Criação literária**. Prosa I. Rio de Janeiro: Cultrix, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa & CANDAU, Vera Maria. “Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos”. *In: Revista Brasileira de Educação*. n. 23, mai/jun/jul/ago, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Uso e sentidos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. (Org) **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: SECAD, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. 4 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Multiculturalidade e educação de negros e índios**. São Paulo: Papyrus, 1998.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx - Ciência e Revolução**. São Paulo: Moderna, 2003.

NEVES, José Luis. “Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades”. **Caderno de pesquisa em administração**, v. I, n.3, 1996.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmvisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Fortaleza: LCR, Ibeca, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, Unicamp, 1995.

_____. **Análise do Discurso**. Campinas: Ed. Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PADILHA, Laura C. “O Ensino e a Crítica das Licenciaturas Africanas no Brasil - Um Caso de Neocolonialidade e Enfrentamento”. *In: Pelas oito partidas da Língua Portuguesa. Homenagem ao Professor João Malaca Casteleiro*. Macau: Universidade de Macau, 2007.

PEREIRA, Euzébio Waldemar. “Eu falo de vozes”. *In: Cadernos Negros*, nº 21. São Paulo: Ed. Autores, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Representações”. *In: Revista Brasileira de História*, p.9-27. São Paulo: SBHE, 1995.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, vol. 2, nº3. 1989.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. “Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: um estudo comparativo”. *In*: QUEIROZ, D. M. (coord.) **O negro na universidade**. Salvador: Novos Toques, 2002.

QUINTAS, Fátima. **As melhores frases de Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RAMOS, Artur. **As culturas européias e europeizadas**. Rio de Janeiro: MEC/DAC, 1975.

RICOEUR, Paul. **O entrecruzamento da História e da Ficção**. São Paulo: Papyrus, 1997

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho & TRINDADE, Azoilda Loreto da. “O ensino e o anti-racismo”. *In*: **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNA, Marta de. **O olhar oblíquo do Bruxo - ensaios em torno de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Ana. Célia. “Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação da alteridade”. *In*: **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

SILVA, Tomas Tadeu. “A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia”. *In*: GENTILI, Pablo (Org.). **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THEODORO, Mário. “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição”. *In*: JACCOUD, L. (Org.). **O combate ao racismo e a desigualdade: O desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

TORRANO, José Luis. **O sentido de Zeus**. São Paulo: Iluminuras, 1996.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Pesquisa em educação a observação**. Brasília: Líber, 2007.

VOLTAIRE. **Cândido ou o otimista**. Lisboa: Tinta da China, 1997.

ANEXO A**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

.....

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

.....

Art. 92 Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108 da República. **FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO**

Paulo Renato Souza

ANEXO B[LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.](#)

Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

“§ 3º (VETADO)”

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ANEXO C**LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008.**

Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

ANEXO D**LEI N° 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.**

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A **PRINCESA IMPERIAL** Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros Bacharel Rodrigo Augusto da Silva do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 67º da Independência e do Império.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.



Lei N. 355 de 13 de Maio de 1888

Declaram extinta a escravidão no Brasil

A PRINCEZA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Magestade o Imperador e Senhor **P. PETRO II**, faz saber a todos os subditos do IMPERIO que a Assembleia Geral Ordinaria e Ella sancionou a Lei seguinte:

Artigo 1.º E declarada extinta desde a data d'esta Lei a escravidão no Brasil.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o cumprimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O Secretario de Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas e Interino dos Negocios Estrangeiros, **Rochard Maximilian Augustinovi. vitch.** do Conselho de Sua Magestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dado no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 17.º de Independencia e do Imperio.

Prinzeza Imperial Regente

Prinzeza A. da Silva

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial Manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como n'ella se declara.

Chancelaria do Imperio

Ante mim

Brasilia em 12 de Maio de 1888

Para Vossa Alteza Imperial ver.

José Felício de Albuquerque

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)